



# Globalização

Perspectiva económica e política

José Joaquim Rosado Crispim

**Instituto Politécnico de Setúbal  
Escola Superior de Ciências Empresariais**

**Licenciatura Bi-etápica em Gestão de Sistemas de Informação**

**Ano Lectivo de 2000/2001  
TP 521 - 1º Ano 2º Semestre**

Trabalho Individual Final Prático no Âmbito da Disciplina de

**Ambiente Económico**

Docente: Drª Bogwslava Sardinha

**Globalização**

Perspectiva económica e política

**Autor:**

❖ 1811 – José Joaquim Rosado Crispim

**Setúbal, 2001.Junho.18**

Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>2</b>
<b>Perspectiva Histórica.....</b>	<b>3</b>
<b>A Nova Ordem Global.....</b>	<b>12</b>
<b>As Estruturas Hegemónicas do Poder .....</b>	<b>16</b>
<b>A Articulação de uma nova Ordem Global.....</b>	<b>18</b>
<b>Globalização/Integração – EU, Mercosul, Nafta .....</b>	<b>21</b>
<b>Do Desenvolvimento à Contenção da Ásia Oriental .....</b>	<b>30</b>
<b>Entre o Progresso e a Regressão .....</b>	<b>37</b>
<b>A Economia Digital.....</b>	<b>41</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>45</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>46</b>

## introdução

Recentemente, alguns sectores utilizam, numa perspectiva ideológica, a expressão *Globalização*, afirmando que se assiste a um processo de integração económica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais, e pelo abandono do estado de bem-estar social. Nesta perspectiva, a Globalização é acusada de ser responsável pela intensificação da exclusão social (com o aumento do número de pobres e de desempregados) e de provocar crises económicas sucessivas, arruinando milhares de pequenos investidores e de pequenos empreendimentos.

Outros afirmam que, a *Globalização* permitiu um aumento de competitividade, dando origem a um aumento da produtividade e consequentemente as economias de escala geradas deram origem a produtos mais baratos, permitindo que aos consumidores a aquisição de mais produtos e consequente maior bem estar.

Outros, responsabilizam a *Globalização*, pelo estado ambiental catastrófico que o Planeta se encontra a atravessar, sendo prova disso as importantes alterações climáticas que ocorreram ultimamente, e que todos, directa ou indirectamente, estamos a sentir, como o buraco no ozono, o efeito de estufa, as estações totalmente desreguladas, inundações, etc..

Partindo das afirmações anteriormente mencionadas, o autor tentou analisar, de uma forma imparcial, a veracidade das referidas, concluindo que todas elas são verdadeiras. Se a Globalização permitiu, por um lado níveis de produtividade e competitividade nunca antes pensados, consumo de produtos em larga escala tornando-os mais acessíveis a um número cada vez maior de consumidores, níveis de educação e de saúde impensáveis no século passado, por exemplo, por outro provocou uma maior exclusão social, uma maior discrepância entre ricos e pobres e uma maior poluição do Planeta, sendo esta uma dura realidade.

Mas existe um facto positivo inquestionável. A globalização da economia provocou uma nova era no relacionamento internacional, pois a interdependência entre todos os Estados do planeta é cada vez maior, acabando com o isolamento em que cada um se encontrava anteriormente. É verdade que "os fortes" exploram "selvaticamente" "os fracos" mas, progressivamente, os "fracos" vão adquirindo os meios que lhes permitirão igualar os outros, de forma a que, num futuro próximo, a palavra "super-potência", muito provavelmente, deixará de ter qualquer sentido.

## Perspectiva histórica

Há, como em quase tudo o que diz respeito à história, grande controvérsia no estabelecimento de uma cronologia para estes cinco séculos de integração económica e cultural, iniciados pela descoberta de uma rota marítima para as Índias e pelas terras do Novo Mundo. Frédéric Mauro, por exemplo, prefere separá-lo em dois momentos, um que vai de 1492 até 1792, data em que, segundo ele, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial fazem com que a Europa, que liderou o processo inicial da globalização, se envolva em disputas e rivalidades, só retomando a expansão depois de 1870, quando amadureceram as novas técnicas de transporte e navegação como o caminho de ferro e o barco a vapor.

De qualquer forma, poderemos considerar que o processo de globalização, nunca se interrompeu. Se ocorreram momentos de menor intensidade, de contracção, ela nunca chegou a cessar totalmente. De certo modo até as grandes guerras mundiais de 1914-18 e de 1939-45, e antes delas a Guerra dos 7 anos (de 1756-1763), provocaram a intensificação da globalização, ao se adoptarem macroestratégias militares para derrotar os adversários, num mundo quase inteiramente transformado em campo de batalha. Basta recordar que soldados europeus, nas duas maiores guerras do Século XX, lutavam entre si no Médio Oriente e em África, tropas coloniais desembarcavam na Europa e marchavam para os campos de batalha nas planícies francesas e as marinhas europeias, americanas e japonesas lutavam em quase todos os mares do mundo.

Neste contexto, vamos considerar as seguintes fases: primeira fase da globalização, ou primeira globalização, dominada pela expansão mercantilista (de 1450 a 1850) da economia europeia; a segunda fase, ou segunda globalização, que vai de 1850 a 1950 caracterizada pelo expansionismo industrial-imperialista e colonialista; por última, a globalização propriamente dita, ou globalização recente, acelerada a partir do colapso da URSS e a queda do muro de Berlim, de 1989 até o presente.

## A Economia Mundial antes das Descobertas

Antes de ter início a primeira fase da globalização, os Continentes encontravam-se separados por intransponíveis extensões acidentadas de terra e de águas, de oceanos e mares, que faziam com que a maioria dos povos e das culturas soubessem da existência uma das outras apenas por meio de lendas, com a do Preste João, ou imprecisos e imaginários relatos de viajantes, como o de Marco Polo. Cada povo viva isolado dos demais, cada cultura era auto-suficiente. Nascia, vivia e morria no mesmo lugar, sem tomar conhecimento da existência dos outros.

Até ao Século XV identificamos cinco economias, totalmente autónomas, espalhadas pela Terra e que viviam separadas entre elas:

- **A Europeia**, era composta pelas cidades italianas de Génova, Veneza, Milão e Florença, que mantinham laços comerciais e financeiros com o Mediterrâneo e o Levante onde possuíam importantes feitorias e bairros comerciais. Mais a norte, na França setentrional, vamos encontrar outra área comercial significativa na região de Flandres, formada pelas cidades de Lille, Bruges e Antuérpia, vocacionadas para os negócios com o Mar do Norte. No Mar Báltico entrava-se a Liga de Hansa, um conjunto de mais de 200 cidades mercantes lideradas por Lübeck e Hamburgo, que mantinham um eixo comercial que ia de Novgorod, na Rússia, até Londres na Inglaterra. No sudeste europeu, agonizava o comércio bizantino (que actuava no mar Egeu e no mar Negro), pressionado pela expansão dos turcos que terminaram por ocupar a grande cidade em 1453, enquanto que a Rússia se via limitada pelos Canatos Mongóis que ocupavam boa parte do leste do país.
- **A China** e regiões tributárias como a península coreana, a Indochina e a Malásia, que se ligava com a Ásia Central e o Ocidente através da rota da seda. O seu maior dinamismo económico encontrava-se nas cidades do sul como Cantão e do leste como Xangai, grandes portos que faziam a ligação com os arquipélagos do Mar da China.
- **A Índia**, por sua vez, graças a sua posição geográfica, traficava num raio económico mais amplo. No noroeste, pelo Oceano Índico e pelo Mar Vermelho, estabelecia relações com mercadores árabes que tinham feitorias em Bombaim e outros portos da Índia ocidental, enquanto que comerciantes malaios eram acolhidos do outro lado, em Calcutá. Seu imenso mercado de especiarias e tecidos finos era afamado, mas só pouca coisa chegava ao Ocidente graças ao comércio com o Levante. Foi a celebração das suas riquezas que mais atraiu a cobiça dos aventureiros europeus como o lusitano Vasco da Gama.
- Subdividida pelo deserto do Saara uma **África Árabe** ao Norte, que ocupa uma faixa de terra à beira do Mediterrâneo e Vale do rio Nilo, com relações comerciais mais ou menos intensas com os portos europeus e, ao Sul, uma outra África, a África negra, isolada do mundo pelo deserto e pela floresta tropical, formava um outro planeta económico totalmente à parte, voltado para si mesmo.
- Por último, mas desconhecida das demais, encontrava-se a formada pelas **Civilizações Pré-Colombianas**, a Azteca no México, a dos Maias no Yucatan e no istmo, e a Inca no Peru, organizadas ao redor do cultivo do milho e na elaboração de tecidos, sendo elas auto-suficientes e sem interligações entre si, nem terrestres nem oceânicas.

Durante milhares de anos estas economias desconheciam-se e nem imaginavam que algum dia poderiam estabelecer relações significativas. Por conseguinte, numa longa perspectiva, podemos afirmar que a internacionalização do comércio e a aproximação das culturas é um fenómeno recente, datado dos últimos cinco séculos, afinal apenas 10% do tempo da história até agora conhecida.

## A primeira fase da Globalização (1450/1850)

*"Por mares nunca dantes navegados/.....Em perigos e guerra esforçados, mais do que prometia a força humana/ E entre gente remota edificaram/ Novo reino, que tanto sublimaram"* - Luís de Camões - Os Lusíadas, Canto I, 1572.

A primeira globalização, resultou da procura de uma rota marítima para as Índias, assegurou o estabelecimento das primeiras feitorias comerciais europeias na Índia, China e Japão, e, principalmente, abriu aos conquistadores europeus as terras do Novo Mundo.

Enquanto as especiarias eram embarcadas para os portos de Lisboa e de Sevilha, de Roterdão e Londres, milhares de imigrantes iberos, ingleses e holandeses, e, um bem menor número de franceses, atravessaram o Atlântico para vir ocupar a América. Aqui formaram colónias de exploração, no sul da América do Norte e no Brasil, baseadas geralmente num só produto (açúcar, tabaco, café, minério, etc..), utilizando mão de obra escrava vinda da África ou mesmo indígena; ou colónias de povoamento, estabelecidas maioritariamente na América do Norte, baseadas na média propriedade de exploração familiar. Para atender as primeiras, as colónias de exploração, o tráfico negreiro tornou-se rotina, fazendo com que 11 milhões de africanos (40% deles destinados ao Brasil) fossem transportados pelo Atlântico para labutar nas lavouras e nas minas.

Não podemos omitir que a situação referida, promoveu uma espantosa expropriação das terras indígenas e uma repressão ou destruição da sua cultura. Em quase toda a América ocorreu uma catástrofe demográfica, devido aos maus tratos que a população nativa sofreu e às doenças e epidemias que os contagiaram, devido ao contacto com os colonizadores europeus.

Nesta primeira fase estrutura-se um sólido comércio triangular entre a Europa (fornecedora de manufacturas) África (que vende seus escravos) e América (que exporta produtos coloniais). A imensa expansão deste mercado favorece os artesãos e os industriais emergentes da Europa que passam a contar com consumidores num raio bem mais vasto do que aquele abrigado nas suas cidades, enquanto que a importação de produtos coloniais faz ampliar as relações inter-europeias. Exemplo disso ocorre com o açúcar cuja produção é confiada aos senhores de engenho brasileiros, mas que é transportado pelos lusos para os portos holandeses, onde lá se encarregam do seu refino e distribuição.

Os principais portos europeus, americanos e africanos desta primeira globalização encontram-se em Lisboa, Sevilha, Cádiz, Londres, Liverpool, Bristol, Roterdão, Amsterdão, Le Havre, Toulouse, Salvador, Rio de Janeiro, Lima, Buenos Aires, Vera Cruz, Porto Belo, Havana, São Domingo, Lagos, Benin, Guiné, Luanda e Cidade do Cabo.

Politicamente, a primeira fase da globalização faz-se, quase toda ela, sob a égide das monarquias absolutistas que concentram enorme poder e mobilizam os recursos económicos, militares e burocráticos, para manterem e expandirem os seus impérios coloniais. Os principais desafios que enfrentam derivam das rivalidades entre elas, seja pelas disputas dinástico-territoriais ou pela posse de novas colónias no além mar.

Outro desafio importante era constituído pelos enormes estragos que os corsários e piratas faziam, especialmente nos Séculos XVI e XVII, contra os navios carregados de ouro e prata e produtos coloniais.

A doutrina económica desta primeira fase foi o mercantilismo, adoptado pela maioria das monarquias europeias para estimular o desenvolvimento da economia dos reinos.

O Mercantilismo compreendia numa complexa legislação que recorria a medidas proteccionistas, incentivos fiscais e doação de monopólios, para promover a prosperidade geral. A produção e distribuição do comércio internacional era feita por mercadores privados e por grandes companhias comerciais (as Companhias inglesas e holandesas das Índias Orientais e Ocidentais) e, em geral, eram controladas localmente por corporações de ofício.

Todo o universo económico se destinava a cumprir um objectivo: entesourar e acumular riqueza. O poder de um reino era aferido pela quantidade de metal precioso (ouro, prata e jóias preciosas) existente nos cofres reais. Para assegurar o seu aumento o Estado exercia um sério controlo das importações e do comércio com as colónias, sobre as quais exerciam o oligopólio bilateral<sup>1</sup>.

Esta política levou a que cada reino europeu terminasse por se transformar num império comercial, tendo colónias e feitorias espalhadas pelo mundo todo ( os principais impérios coloniais foram o inglês, o espanhol, o português, o holandês e o francês). Um dos símbolos desta época, a bolsa de valores de Amberes, consciente do que representava, tinha como justo lema a frase latina "*Ad usum mercatorum cujusque gentis ac linguae*" (ela servia aos mercadores de todas as línguas da terra ).

---

<sup>1</sup> o oligopólio bilateral é uma expressão que serve para descrever a situação de subordinação em que as colónias se encontravam perante as metrópoles. Além de estarem impedidas de negociar com outros países, elas eram obrigadas a adquirir suas necessidades apenas com negociantes e mercadores metropolitanos bem como somente vender-lhes o que produziam, desta forma a metrópole ganhava ao vender e ao comprar.

## A segunda fase da Globalização (1850/1950)

*"Por meio de sua exploração do mercado mundial, a burguesia deu um carácter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países... As velhas indústrias nacionais foram destruídas ou estão destruindo-se dia a dia... Em lugar das antigas necessidades satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades que querem para a sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento local... desenvolvem-se, em todas as direcções, um intercâmbio e uma interdependência universais.." - Karl Marx - Manifesto Comunista, 1848*

Os principais acontecimentos que marcam a transição da primeira fase da globalização para a segunda dão-se nos campos da técnica e da política. A partir do século 18, a Inglaterra industrializa-se aceleradamente e, depois dela, a França, a Bélgica, a Alemanha e a Itália.

A máquina à vapor é introduzida nos transportes terrestres (caminhos-de-ferro) e marítimos (barcos a vapor). Consequentemente esta nova época será regida pelos interesses da indústria e das finanças, sua associada e, por vezes amplamente dominante, e não mais das motivações dinásticas-mercantis. Será a grande burguesia industrial e bancária, e não mais os administradores das corporações mercantis e os funcionários reais, quem liderará o processo. Esta interpenetração dos bancos com a indústria, com tendências ao monopólio ou ao oligopólio, fez com que o economista austríaco Rudolf Hilferding a denominasse de "O Capital Financeiro" (Das Finanz kapital, título da sua obra publicado em 1910), considerando-a um fenómeno novo da economia política moderna. Lenine definiu-a como a etapa final do capitalismo, a etapa do imperialismo.

O capital financeiro luta pela ampliação dos mercados e pela obtenção de novas e diversas fontes de matérias primas. A doutrina económica em que se baseia é a do capitalismo laissez-faire, um liberalismo radical inspirado nos fisiocratas franceses e apoiado pelos economistas ingleses Adam Smith e David Ricardo que advogavam a superação do Mercantilismo com suas políticas arcaicas. Defendem o mercado livre nas relações externas, mas em defesa das suas indústrias internas continuam em geral proteccionistas, como é o caso da política Hamiltoniana nos Estados Unidos e a da Alemanha Imperial e a do Japão<sup>2</sup>.

A escravidão, que havia sido o grande esteio da primeira globalização, tornou-se um impedimento ao progresso do consumo e, somada à crescente indignação que ela provocava, termina por ser abolida, primeiro em 1789 e definitivamente em 1848 (no Brasil ela ainda irá sobreviver até 1888). Este segundo momento, irá caracterizar-se pela ocupação territorial de certas partes da África e da Ásia, além de estimular o povoamento das terras semi desocupadas da Austrália e da Nova Zelândia.

---

<sup>2</sup> Os países industrializados defendem o mercado livre ( o preço melhor vence) quando se sentem fortes, como foi o caso da Inglaterra nos séculos 18 e 19 e hoje é a posição dominante dos E.U.A. Mas para aqueles que precisam criar sua própria indústria ou proteger a que se está ainda afirmando, precisam recorrer à política proteccionista com suas elevadas barreiras alfandegárias para evitar a sua quebra.

No campo político, a revolução americana de 1776 e a francesa de 1789, irão libertar uma enorme energia fazendo com que a busca da realização pessoal termine por promover uma grande ascensão social das massas. Logo depois, como resultado das Guerras Napoleónicas e da generalizada abolição da servidão e outros impedimentos feudais, milhões de europeus (calcula-se em 60 milhões num século) abandonam seus lares nacionais e emigram em massa para os Estados Unidos, Canadá, e para a América do Sul (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai).

A posse de novas colónias torna-se um ornamento na política das potências (só a Grã-Bretanha possui mais de 50, ocupando inclusive áreas antieconómicas). O cobiçado mercado chinês finalmente é aberto pelo Tratado de Nanquim de 1842 e o Japão também é forçado a abandonar a política de isolamento da época Tokugawa ao assinar um tratado com os americanos em 1853.

Cada uma das potências europeias rivaliza com as demais na luta pela supremacia do mundo, ou como disse John Strachey: "lançaram-se unanimemente, numa rivalidade feroz...para anexar o resto do mundo". O resultado é um acirramento da corrida imperialista e da política belicista que levará os europeus à duas guerras mundiais, a de 1914-18 e a de 1939-45.

Outros aspectos técnicos ajudam a globalização: o comboio e o barco a vapor encurtam as distâncias, o telégrafo e, em seguida, o telefone, aproximam os continentes e os interesses ainda mais. E, principalmente depois do voo transatlântico de Charles Lindbergh em 1927, a aviação passa a ser mais um elemento que permite o mundo tornar-se menor.

Nestes cem anos da segunda fase da globalização (1850-1950) os antigos impérios dinásticos desabaram - dos Bourbons em 1789 e, definitivamente, em 1830, o dos Habsburgos e dos Hohenzollers em 1914, o dos Romanov em 1917.

Das diversas potências que existiam em 1914 - O Império britânico, o francês, o alemão, o austro-húngaro, o italiano, o russo e o turco otomano - só restam, depois da 2ª Guerra, as superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética.

Feridas pelas guerras, as metrópoles acabaram por desabar, sendo obrigadas a aceitar a libertação dos povos coloniais que formaram novas nações. Mesmo assim, umas independentes e outras neocolonizadas, continuaram ligadas ao sistema internacional. Somam-se, no pós-1945, os países do Terceiro Mundo recém independente (a Índia é a primeira a obtê-la em 1947) às nações latino-americanas que conseguiram sua autonomia política entre 1810-25, ainda no final da primeira fase da globalização. No entanto nem a descolonização nem as revoluções comunistas, a da Rússia de 1917 e a da China de 1949, servirão de entrave para que a mais longo prazo o processo de globalização seja retomado.

### A Globalização recente (pós-1989)

*“O conceito do direito mundial de cidadania não os protege (os povos) contra a agressão e a guerra, mas a mútua convivência e proveito aproxima e une-os. O espírito comercial, incompatível com a guerra, apodera-se, tarde ou cedo, dos povos. De todos os poderes subordinados à força do Estado, é o poder do dinheiro que inspira mais confiança e por isto os Estados vêm-se obrigados - não certamente por motivos morais- a fomentar a paz...” - I.Kant - A paz perpétua, 1795*

No decorrer do Século XX três grandes projectos de liderança da globalização lutaram entre si: o comunista, inaugurado com a Revolução bolchevique de 1917 e reforçado pela revolução maoista na China em 1949; o da contra-revolução nazi-fascista que, em grande parte, foi uma poderosa reacção direitista ao projecto comunista, surgido nos anos de 1919, na Itália e na Alemanha, estendendo-se ao Japão, que foi esmagado no final da 2ª Guerra Mundial, em 1945; e, finalmente, o projecto liberal-capitalista liderado pelos países anglo-saxónicos, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos.

Num primeiro momento ocorreu a aliança entre o liberalismo e o comunismo (em 1941-45) para a auto-defesa e, depois, a destruição do nazi-fascismo. Num segundo momento os vencedores, os EUA e a URSS, desentenderam-se gerando a guerra fria (1947-1989), onde o liberalismo norte-americano rivalizou com o comunismo soviético numa guerra ideológica mundial e numa competição armamentista e tecnológica que quase levou a humanidade a uma catástrofe (a crise dos mísseis de 1962).

Com a política da glasnost, adoptada por Mikhail Gorbachov na URSS desde 1986, a guerra fria encerrou-se e os Estados Unidos proclamaram-se vencedores. O momento que simbolizou a referida situação foi a queda do Muro de Berlim ocorrida em Novembro de 1989, acompanhada da retirada das tropas soviéticas da Alemanha reunificada e seguida da dissolução da URSS em 1991.

A China comunista, por sua vez, que desde os anos 70 adoptara as reformas visando sua modernização, abriu-se em várias zonas especiais para a implantação de indústrias multinacionais. A política de Deng Xiaoping de conciliar o investimento capitalista com o monopólio do poder do partido comunista, esvaziou o regime do seu conteúdo ideológico anterior. Desde então só restou a supremacia do moderno sistema mundial a economia capitalista, não havendo nenhuma outra barreira a antepor-se à globalização.

Chegamos desta forma à situação presente onde sobreviveu uma só superpotência mundial: os Estados Unidos. É a única que tem condições operacionais de realizar intervenções militares em qualquer canto do planeta (Kuwait em 1991, Haiti em 1994, Somália em 1996, Bosnia em 1997, etc..). Enquanto na segunda fase da globalização se vivia na esfera da libra esterlina, agora é a era do dólar, enquanto que o idioma inglês se tornou a língua universal por excelência. Podemos afirmar que a globalização recente nada mais é do que a americanização do mundo.

## A Actualidade

O processo produtivo mundial é formado por um conjunto de cerca de 400/450 grandes corporações (a maioria delas produtora de automóveis e ligada ao petróleo e às comunicações) que têm os seus investimentos espalhados pelos cinco continentes. A nacionalidade delas é, maioritariamente, americana, japonesa, alemã, inglesa, francesa, suíça, italiana e holandesa. Portanto, podemos afirmar que os países que assumiram o controlo da primeira fase da globalização (a de 1450-1850), apesar da descolonização e dos desgastes das duas guerras mundiais, ainda continuam obtendo os frutos do que conquistaram no passado. A razão disso é que detêm o monopólio da tecnologia e seus orçamentos, estatais e privados, dedicam imensas verbas para a ciência pura e aplicada.

Politicamente a globalização recente caracteriza-se pela crescente adopção de regimes democráticos. Um levantamento indicou que 112 países integrantes da ONU, entre 182, podem ser apontados como seguidores (ainda que com várias restrições) de práticas democráticas, ou pelo menos, não são tiranias ou ditaduras.

A título de exemplo lembramos que na América do Sul, na década dos anos 70, somente a Venezuela e a Colômbia mantinham regimes civis eleitos. Todos os demais países eram dominados por militares (personalistas como no Chile, ou corporativos como no Brasil e Argentina). Nos finais dos anos noventa, não existia nenhuma ditadura na América do Sul. Neste processo de universalização da democracia as barreiras discriminatórias ruíram uma a uma (fim da exclusão motivada por sexo, raça, religião ou ideologia), acompanhado por uma sempre ascendente padronização cultural e de consumo.

A ONU que deveria ser o embrião de um governo mundial foi tolhida e paralisada pelos interesses e vetos das superpotências durante a guerra fria. Em consequência dessa debilidade, formou-se uma espécie de estado-maior informal composto pelos dirigentes do G-7 (os EUA, a GB, a Alemanha, a França, o Canadá, a Itália e o Japão), por vezes alargado para dez ou vinte e cinco, cujos encontros frequentes têm mais efeitos sobre a política e a economia do mundo em geral do que as assembleias da ONU.

Enquanto que no passado os instrumentos da integração foram a caravela, o galeão, o barco à vela, o barco a vapor e o trem, seguidos do telégrafo e do telefone, a globalização recente fez-se pelos satélites e pelos computadores ligados à Internet. Se antes ela martirizou africanos e indígenas e explorou a classe operária fabril, hoje utiliza-se do satélite, do robô e da informática, abandonando a antiga dependência do braço em favor do cérebro, elevando o padrão de vida para patamares de saúde, educação e cultura até então desconhecidos pela humanidade.

Contudo, o domínio da tecnologia por um grupo restrito de países ricos, abriu um fosso com os demais, talvez o mais profundo em toda a história conhecida. Na antiguidade, quando Roma era um império universal, a sua superioridade manifestava-se devido à arte militar, na engenharia e no direito.

Hoje os países núcleos da globalização (os integrantes do G-7), distam, em qualquer campo do conhecimento, anos-luz dos países do Terceiro Mundo.<sup>3</sup>

Ninguém tem a resposta nem a solução para atenuar este abismo entre os ricos do Norte e os pobres do Sul que só se ampliou. No entanto, é bom que se reconheça que tais diferenças não resultam de um novo processo de espoliação como os praticados anteriormente pelo colonialismo e pelo imperialismo, pois não implicaram um domínio político, havendo, bem ao contrário, uma aproximação e busca de intercâmbio e cooperação.

---

<sup>3</sup> A exportação de produtos da vanguarda tecnológica (microeletrónica, computadores, aeroespaciais, equipamento de telecomunicações, máquinas e robôs, equipamento científico de precisão, medicina e biologia e químicos orgânicos), Os EUA são responsáveis por 20,7%; a Alemanha por 13,3%; o Japão por 12,6%; o Reino Unido por 6,2%, e a França por 3,0% , etc..logo apenas estes 5 países detêm 55,8% da exportação mundial delas.

## A Nova ordem global

**I**ncerteza! Tal é o princípio que rege de hoje em diante a marcha do mundo. O campo de instabilidade alargou-se às dimensões do planeta e, em quase todos os domínios, reina agora a indeterminação. Ao universo previsível da Guerra Fria (equilíbrio pela potência militar comparável dos dois supergrandes) sucede um contexto geopolítico fortemente perturbado, imprevisível, enigmático.

A queda dos regimes do leste europeu, o declínio e a posterior desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas encerraram a Guerra Fria no seu sentido formal, pondo fim ao sistema bipolar vigente desde a Segunda Guerra Mundial. Muitos analistas viram neste conjunto de acontecimentos a vitória dos Estados Unidos da América, introduzindo a unipolaridade, o "fim da História", com a queda das ditaduras, a abertura das economias, a hibernação das concepções colectivistas, e a inauguração de uma nova era marcada pela paz, democracia e prosperidade, que o Presidente George Bush denominou de Nova Ordem Mundial, durante o encontro de Malta com Gorbachov em Dezembro de 1989.

Não tardou para que a realidade mostrasse que, efectivamente, se encerrara um período histórico, iniciando-se uma fase de turbulência e transição, na luta por uma nova *ordem global*. Se no plano diplomático e militar a situação dos EUA pareciam apontar para um sistema unipolar, por outro lado a dimensão económico/tecnológica configurava traços de multipolaridade, num sistema internacional de contornos marcadamente pós-hegemónicos, onde a superpotência sobrevivente busca uma reconcentração do poder. Contudo, nem a Europa Ocidental ou a Ásia Oriental parecem capazes, a médio prazo, de produzir um sucessor para o império americano. Washington continuará a deter uma margem de acção invejável por um bom tempo.

A globalização e o neoliberalismo configuram-se, para a opinião pública, como os paradigmas para os anos 90. Mas a globalização desenvolve-se, em meio ao aprofundamento da revolução tecnológica, através da regionalização dos blocos económicos, nítida reacção à crescente competição económica, e produz a fragmentação social e espacial, resultado dos terríveis custos desta gigantesca transformação para muitos grupos sociais e regiões "perdedoras". Novos temas como meio ambiente, narcotráfico, direitos humanos e defesa de minorias étnicas passam a integrar a agenda da política mundial.

Na segunda metade da década, signos de crise e de rejeição do neoliberalismo passaram a manifestar-se com intensidade. A Rússia sofre uma recessão sem precedentes, enquanto que o Ocidente explora as suas debilidades para impedir o seu retorno à condição de potência, levando Moscovo a aproximar-se da China.

Na América Latina, as forças políticas opostas ao neoliberalismo voltam a reafirmar-se, enquanto na Europa a "Terceira Via", como nova estratégia da economia de mercado, já se mostra enfraquecida logo após sua entrada em cena. Desde 1996, a instabilidade financeira internacional tornou-se crónica, num quadro marcado pelas fugas de capitais voláteis, que derrubam economias nacionais. Em 1997, teve início a crise financeira asiática, que golpeou os Tigres. Mas a China e outros países têm conseguido resistir reafirmando-se na política internacional.

Na viragem do século e do milénio, ao lado do progresso, configuram-se elementos de regressão social, política e cultural-ideológica, prenunciando o que Alain Minc denominou de *Nova Idade Média*. A era da informática é também a dos fundamentalismos, do desemprego estrutural e do renascimento dos nacionalismos tribais. Por trás do caos e do cenário de "fim dos tempos", o que se processa é, na realidade, a luta pela articulação de um novo sistema mundial, apoiado num novo paradigma social e produtivo que substitua o Fordista-keynesiano. Este período de crise e transição, cujos resultados não se encontram pré-determinados, poderá durar ainda mais umas duas décadas.

Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência. Era necessário, reorganizar o sistema mundial, de forma que a supremacia dos EUA pudesse ser mantida a um custo mais baixo. Para forjar uma liderança renovada, os Estados Unidos precisam colocar em acção uma série de instituições e práticas legitimadoras supranacionais, as estruturas hegemónicas de poder. Simultaneamente, necessita evitar a emergência de pólos desafiantes, tanto políticos como económicos. Neste contexto, a OTAN aparece como modelo acabado de organização internacional e instrumento para a manutenção da supremacia americana.

Mas há obstáculos a enfrentar. No século XX, o primeiro desafio à ordem mundial anglo-saxônica ocorreu dentro do próprio sistema, quando a Alemanha, primeiro isoladamente e depois acompanhada pelo Japão e Itália, tentou obter um lugar de destaque dentro da ordem capitalista, resultando em duas Guerras Mundiais.

Um segundo desafio partiu de fora do sistema, com o socialismo soviético tentando criar uma alternativa à ordem existente, trazendo como consequência a Guerra Fria.

O terceiro desafio, actualmente em curso, emergiu na Ásia Oriental, particularmente através da China, constituindo um fenómeno misto, economicamente dentro da ordem capitalista, mas politicamente fora dela.

As recentes turbulências financeiras na Ásia representam, neste sentido, o primeiro embate do novo conflito em torno da ordem mundial, mas não necessariamente um "choque de civilizações". Além disso, os anos 90 significaram também uma época de crise e transição rumo a um novo período histórico, com o declínio do ciclo de expansão ocidental, iniciado há cinco séculos.

O pós-Guerra Fria diminuiu, num primeiro momento, o prestígio dos Estados Unidos, pois a supremacia americana dependia da clivagem bipolar, à medida que os vencidos da Segunda Guerra Mundial prosperavam economicamente.

Todavia, o poder mundial enquanto tal, embora tenha sofrido considerável diluição, não se reduziu, e a estrutura mundial de carácter oligárquico permite ainda aos EUA um considerável espaço de iniciativa estratégica. Agregue-se a isto que, apesar do declínio relativo do país em alguns campos, ele ainda é responsável por quase 20% da produção mundial, além de conservar a primazia militar e a ascendência sobre as mais importantes organizações internacionais da esfera económica e política, algumas das quais em processo de reforma (Banco Mundial, FMI, ONU, OMC, etc.).

Além disso, como salientou Henry Kissinger, Washington não está disposta a aceitar a supremacia de qualquer potência continental sobre a Europa ou a Ásia e depende seriamente da evolução da Rússia e da UE. Por outro lado, é importante lembrar que Washington tem estruturado uma série de práticas e de comportamentos internacionais para os Estados que já se encontram institucionalizadas. Para os dirigentes americanos, a segurança nacional tende a confundir-se com a do globo.

O funcionamento da economia internacional, assim como os problemas ligados ao meio ambiente, às migrações de massa, ao tráfico de drogas ou à ajuda humanitária aparecem oficialmente como partes integrantes da doutrina americana de segurança, que a partir de agora comportará três eixos perfeitamente solidários: uma pasta 'segurança', com os seus aspectos militares clássicos (...), aos quais serão acrescidas novas missões (luta contra o terrorismo e o tráfico de drogas, ajuda humanitária, manutenção da liderança no espaço) e uma nova responsabilidade (a defesa do meio ambiente global); uma pasta 'prosperidade' que, além do reforço da economia interna, repousa essencialmente sobre três pilares: a abertura maciça dos mercados estrangeiros, a coordenação macro-económica sob a liderança norte-americana e a promoção, em todo o mundo, do 'desenvolvimento durável'; uma pasta 'democracia': não uma 'cruzada democrática, mas um engajamento pragmático para que a liberdade crie raízes lá onde isso melhor nos ajudar"', como lembrou um relatório do governo americano

A questão central, contudo, talvez esteja dentro dos próprios Estados Unidos. Há um grande debate sobre o declínio americano, contrapondo os declinistas e os revivalistas. Os primeiros, tendo em Paul Kennedy seu maior expoente, argumentam que o país atingiu seu ponto de maturidade e necessita agora encontrar um lugar na ordem internacional que implique compartilhar responsabilidades com outras potências.

Para Samuel Huntington e Joseph Nie, o país estaria passando por um rejuvenescimento, e o fim da Guerra Fria estaria abrindo espaço para uma nova supremacia americana. Não haveria, assim, qualquer país capaz de desafiar os EUA durante longo tempo. Neste sentido, ultimamente tem sido destacada uma certa recuperação económica, tecnológica e, mesmo, social no país, devido à queda da taxa de desemprego.

Sem desejar tomar uma posição definida neste debate, é necessário pensar algumas questões importantes. Em primeiro lugar, desde os anos 70, os Estados Unidos vinham perdendo posição em diversos campos que qualificam o poder internacional. Como foi visto, reagiram no plano económico e estratégico e têm usado a sua influência sobre as organizações internacionais para reafirmar a sua supremacia. Mas não ocorreu nenhum "milagre" ou revolução produtiva nos EUA nestas duas últimas décadas que justificasse a ideia de uma retoma do crescimento.

O país logrou abrir o mercado de outras regiões, como a América Latina, e flexibilizou o mercado de trabalho doméstico, de modo que os empregos criados são precários.

Há uma curiosa terceiro-mundialização dos Estados Unidos, pois o emprego de baixo salário (o qual não é exclusivo de imigrantes) tornou-se num mecanismo de competição internacional, mesmo na mais poderosa nação capitalista do planeta. Assim, a reafirmação externa norte-americana implica um crescente enfraquecimento interno.

Também há que levar em consideração certos elementos culturais que estão implícitos no livro *O Choque de Civilizações* de Huntington. O que é mais interessante nesta obra é a percepção que o WASP (branco, anglo-saxão e protestante) americano tem da evolução de seu país, como o medo das demais civilizações.

Nos EUA, o inglês nunca foi idioma oficial, simplesmente porque qualquer imigrante buscava americanizar-se o mais rapidamente possível para se integrar no mercado de trabalho e na sociedade de consumo. Hoje, os Republicanos lutam pela instauração do inglês como língua obrigatória, pois grandes comunidades não necessitam empregá-lo quotidianamente, e há, inclusive, cidadãos americanos que não sabem falar inglês. O percentual das minorias não cresce apenas rapidamente, mas, o que é mais importante, suas identidades têm se reafirmado e, até, "contaminado" a tradicional cultura do *american way of life*. Um bom exemplo é o avanço da cultura chicana.

É preciso levar em conta estes aspectos quando se avalia a projecção internacional do poderio americano. Este poderio tem sido explicitado através de demonstrações de força que, entretanto, são mais formativas que um objectivo em si mesmo. A Nova Ordem Mundial idealizada pelos Estados Unidos aposta num papel renovado para as Nações Unidas e outras organizações internacionais, com o objectivo declarado de expandir a democracia e o livre mercado. Dentro deste esquema, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) representa uma prioridade e um modelo ideal. Ao mesmo tempo que tal estratégia mantém os aliados subordinados à uma estratégia geral, formulada por Washington, ela reparte os custos com estes mesmos países.

Há também que fazer uma diferença entre a estratégia dos Democratas e a dos Republicanos. Os primeiros são mais propensos ao multilateralismo e atribuem aos EUA um papel de liderança, a qual coordena um código de valores e de conduta que o país está afirmando no mundo, apoiando-se para tal em organizações internacionais. Assim, tal visão implica uma ingerência global e permanente, pois os Estados Unidos seriam o centro de um sistema mundial.

Os segundos, ao conceberem o seu país como a maior potência, tendem a considerá-lo um *comandante em chefe*. Preferindo as relações bilaterais, nas quais a nação americana seria sempre o lado mais forte, os Republicanos parecem mais dispostos a não organizar tanto o mundo, mas exercer seu poderio com violência sempre que necessário, mundo este que poderia ser mais plural do que o concebido pelos democratas. Entretanto, com qualquer dos dois partidos, o papel dos EUA será decisivo para o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial.

## As estruturas hegemónicas do poder

Os Estados Unidos, como líderes incontestados do sistema internacional em transformação, têm tentado reafirmar sua liderança através de formas menos onerosas. Não é mais possível arcar com os custos da época da Guerra Fria. Assim, Washington trata de estabelecer novos códigos morais e de conduta, ancorados em organizações e regimes internacionais, como forma de exercer sua supremacia mundial.

Os princípios que começam a substituir o Direito Internacional abarcam cada vez mais temas como democracia liberal, direitos humanos, economia de mercado, narcotráfico, terrorismo, defesa de minorias étnicas e questões ambientais, entre outras. A decisão, porém, sobre quais os que violem estes princípios são passíveis de punição tem sido abertamente casuística.

Apesar do crescente papel das organizações internacionais governamentais e, principalmente, não-governamentais (ONG), a decisão sobre tais questões parece muito mais encaminhada através de eficazes campanhas de propaganda pela mídia globalizada, o que certamente não ocorre acidentalmente. O papel dos Estados Unidos, neste fenómeno, tem sido determinante. Por outro lado, o reforço ou reforma destas organizações são sintomáticos. O GATT (Acordo sobre Tarifas e Comércio) foi transformado em OMC (Organização Mundial de Comércio), passando de uma organização com característica de fórum para uma com capacidade prescritiva e punitiva. A isto se soma o crescente poder do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do próprio G-7. Juntas, estas instituições revelam-se capazes de orientar a política económica mundial.

As Nações Unidas, por sua vez, encontram-se em processo de discussão sobre o ingresso de novos membros permanentes no Conselho de Segurança com direito a veto. Trata-se de enquadrar a Alemanha e o Japão no condomínio político dirigente, atribuindo-lhes, simultaneamente, tarefas financeiras compatíveis com seu novo *status*. Contudo, países do Terceiro Mundo, como Índia e Brasil, viram no processo de adequação das estruturas internacionais ao fim da Guerra Fria uma oportunidade para ampliarem sua projecção diplomática.

Muito provavelmente, o ingresso de países como estes últimos no Conselho levaria a um relativo esvaziamento de suas atribuições. Seria ilusório pensar que as grandes potências simplesmente entregariam parcelas de poder voluntária e generosamente. Isto não existe em política. Aliás, com o desaparecimento da URSS, as potências dominantes no fim do século são as mesmas do início (EUA, Japão, Alemanha, França e Inglaterra), com a excepção parcial e virtual da China.

Entre as estruturas hegemónicas de poder, encontram-se aquelas destinadas a acelerar o progresso científico e tecnológico em favor das potências já dominantes, bem como reorganizar o sistema produtivo mundial, já analisadas.

Também se pode mencionar a reincorporação de regiões ao sistema capitalista e a concentração de poder, ainda que realizada de forma difusa ou camuflada. Por fim, as estruturas hegemónicas de poder visam a reorganização territorial e a limitação da soberania das nações que não integram o condomínio do poder mundial.

Alguns países periféricos, aderem a esta agenda de redução do seu próprio poder, aderindo a acordos de desarmamento unilateral, como o caso da adesão ao TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear), enquanto as grandes potências (as mais armadas) nem sequer pensam em discutir tal problema.

A redução da soberania dos Estados nacionais pode ser percebida até mesmo pela nova linguagem que impregnou as relações internacionais. Até à década de 1980, era comum referir países como o Brasil, México e Índia, por exemplo, como potências médias, potências regionais, Estados em desenvolvimento ou países recém-industrializados. Actualmente, são denominados mercados emergentes, tendo desaparecido as noções de Estado, nação, desenvolvimento, potência ou mesmo de projecto nacional.

Além dos factores internacionais que produziram tal fenómeno, é preciso considerar que as políticas neoliberais impedem os governos de governar, devido à falta de recursos, debilitando assim internamente os Estados. O grave é que o capital estrangeiro e as empresas transnacionais se preocupam apenas com sua lucratividade (inclusive abandonando países quando deixam de ter interesse), enquanto são os Estados nacionais e os governos que têm responsabilidade sobre a preservação das populações e do território.

## A articulação de uma Nova Ordem Global

O colapso do Campo Soviético e a desintegração da própria URSS completaram o dismantelamento da ordem internacional bipolar, baseada na Guerra Fria e institucionalizada em Versalhes e Ialta. No plano diplomático, militar e estratégico, emergem os contornos de uma unipolaridade, sobre a qual os Estados Unidos conservam uma posição dominante, sobretudo na ausência de qualquer adversário à altura. Contudo, quando se levam em consideração as tendências emergentes e, principalmente, o avanço económico e tecnológico, o cenário que se desenha possui traços de multipolaridade. Esta aparente contradição adquire lógica quando consideramos que o sistema internacional se encontra em transição, numa fase nitidamente pós-hegemónica e caracterizada pela diluição do poder mundial (o que não significa sua redução).

A rivalidade entre os EUA e os países e pólos aspirantes à supremacia mundial, entretanto, precisa ser matizada. É evidente que o desaparecimento do perigo representado pelo inimigo externo socialista propicia o aumento das rivalidades intercapitalistas. Daí a referência a um sistema pré-Versalhes, com certas contradições semelhantes às que antecederam à Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, também é inegável o funcionamento de um Condomínio do G-7 (a organização dos sete países capitalistas mais industrializados: EUA, Canadá, Japão, Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha) sobre os assuntos internacionais. Isto se deve, entre outros factores, à forte interdependência existente entre os países líderes da economia mundial. Por ironia, trata-se praticamente da materialização do modelo da Comissão Trilateral, criada na época do governo Carter.

A própria ONU, que discute reformas que a sintonizem com a nova realidade mundial, constitui um elemento significativo dessa situação. Desde o final dos anos 80, cresce o domínio dos EUA sobre ela, utilizando-a como instrumento da sua política, o que foi facilitado pelo fim da oposição soviética: entre 1988 e 1993 a Organização realizou 13 intervenções no mundo, o mesmo número que no período 1945-87. Também é significativo que Washington promova intervenções suas, com mandato da ONU, em locais onde é possível atingir os objectivos rapidamente e com perdas mínimas.

Já nos cenários mais complicados, onde a intervenção implica desgaste e permanência no terreno, ocorrem intervenções das Nações Unidas com apoio americano, mas, sobretudo, com o envolvimento dos aliados locais. Tais intervenções, evidentemente, com suporte financeiro maioritariamente não americano. Além disso, é importante salientar o esforço da Casa Branca em impedir a proliferação nuclear e em buscar a redução dos exércitos convencionais em volta de todo planeta (e a supressão ou a integração de alguns deles em organizações internacionais como a ONU e OEA), conservando, entretanto, a sua vantagem estratégica e desenvolvendo forças de intervenção rápida, de eficácia global. Esta política vincula-se à concepção dos Conflitos de Média Intensidade, destinados a evitar a emergência de potências médias nos diversos cenários regionais.

## A Articulação de uma nova Ordem Global

A preocupação fundamental dos EUA, assemelha-se muito à da Grã-Bretanha no século XIX: *o estabelecimento de sistemas regionais de equilíbrio de poder, que evitem a ascensão de potências rivais.*

Os EUA continuam, assim, a manter uma vantagem significativa sobre os seus aliados rivais e a guardar a iniciativa estratégica, apesar de seu declínio relativo. Isto deve-se tanto à permanência de expressivo peso absoluto, vantagem militar, domínio sobre importantes organizações internacionais, como às vacilações dos demais protagonistas, pois os riscos e os custos da construção de uma supremacia alternativa, por parte destes, são grandes e eles preferem, então, adaptar o sistema existente.

A resposta norte-americana às pretensões da Europa, por exemplo, deu-se através de um documento intitulado *Defense Planning Guidance 1994-99*, elaborado em fins de 1992 pelo Pentágono. Concretamente, recusou qualquer esquema de defesa europeu fora da OTAN (propondo inclusive a sua ampliação em lugar de sua extinção), devido a supostas ameaças do leste europeu e da Bacia do Mediterrâneo.

Durante o referido processo, foi desencadeada a Guerra do Golfo e alimentados os conflitos da Jugoslávia em desagregação dentro da própria Europa. Estas guerras, particularmente a última, foram habilmente exploradas pelos média internacionais, visando provar a necessidade de manutenção da OTAN.

Depois, vieram os processos de paz articulados pelos Estados Unidos no Médio Oriente e na ex-Jugoslávia, à revelia dos aliados europeus, o que logo também veio a ocorrer em relação aos conflitos africanos. A influência da UE nos Balcãs, Médio Oriente e África centro-oriental foi drasticamente reduzida como resultado deste processo. A reacção extemporânea da diplomacia neogaullista de Chirac a esta política de perda de influência revestiu-se de resultados patéticos.

A chave do problema, contudo, está nos próprios Estados Unidos, que "*não poderão manter o grau de envolvimento global necessário à preservação de seu papel mundial e à sua segurança e defesa externa sem um profundo ajuste económico interno*" que lhes permita restaurar sua competitividade. Mas não poderão ajustar a economia doméstica sem manter o envolvimento internacional necessário para obter recursos externos "*e sem contribuir para a construção de uma ordem internacional, cujo grau de consensualidade lhes garanta uma liderança inversamente proporcional à quantidade de força que necessite empregar para mantê-la*". Não se trata, portanto, de um dilema fácil de resolver, pois passa pela redução do complexo industrial-militar (e dos interesses a ele vinculados), num contexto em que a instabilidade do mundo se ampliou com o fim da Guerra Fria. O presidente George Bush tentou enfrentar o desafio, mas logo ocorreu o levantamento negro de Los Angeles (no centro da área afectada pelos cortes na indústria armamentista), o que lhe custou a derrota nas eleições presidenciais de 1992.

A estratégia americana vem evoluindo do *containment* ao *enlargement e engagement*, como recomendou o secretário e ex-diretor da CIA, Anthony Lake. Durante a Guerra Fria o mundo estaria dividido entre azuis e vermelhos, com Washington contendo os vermelhos. Com o desaparecimento destes últimos, seria necessário avançar e ocupar o espaço vazio.

## A Articulação de uma nova Ordem Global

A implementação deste princípio, que já vinha sendo ensaiada em várias ocasiões, acabou sendo institucionalizada através da OTAN, na guerra "humanitária" contra a Jugoslávia. Durante o cinquentenário da Organização, que "coincidiu" com esta guerra, a nova estratégia foi oficializada e consolidada simultaneamente. Mas o sucesso americano tem ocorrido também pela incapacidade e debilidade de seus adversários.

O fim da bipolaridade também enfraqueceu o Movimento dos Países Não-Alinhados, pois os conflitos regionais, cuja resolução igualmente havia sido negociada por Washington e Moscovo em lugar de terem sido eliminados, foram redimensionados. A dimensão ideológica e estratégica do confronto Leste-Oeste desapareceu, mas foi substituída pela "tribalização" no plano interno e pela ingerência de potências regionais e médias, fornecedoras de armas e desejosas de ocupar o vácuo criado com o fim da Guerra Fria (Alemanha, Irão, Turquia, Paquistão, por exemplo). Este processo teve lugar na maior parte da África, no Médio Oriente, no Afeganistão (cujo regime socialista, ironicamente, sucumbiu depois da URSS, em abril de 1992) e em amplas áreas da Ásia. O Cáucaso e as repúblicas muçulmanas da ex-URSS também começaram a viver conflitos, ampliando a área de instabilidade do Médio Oriente.

Seria problemático realizar um ensaio de futurologia sobre a Nova Ordem Internacional e mesmo sobre o futuro imediato. A reorganização acelerada do capitalismo na época da III Revolução Industrial e da globalização da economia, aliada à crise política desencadeada com o fim do campo soviético e da própria bipolaridade, esvaziou de conteúdo os parâmetros até então vigentes. Nunca os diversos actores políticos, especialmente os grupos dominantes, actuaram tanto através de políticas de curto prazo, num imediatismo táctico incapaz de identificar o "inimigo". Daí as destruições brutais abandonadas no meio do caminho, como no Iraque e na Jugoslávia, e a política de "vampirismo" e "fim dos tempos". Provavelmente, estamos vivendo não uma Nova Ordem Mundial, mas a intensa luta pela construção de uma e pela liderança dentro desta, o que deve consumir ainda mais uma década.

## GLOBALIZAÇÃO/INTEGRAÇÃO: UE, MERCOSUL E NAFTA

O processo de globalização e integração económica em blocos regionais constitui o elemento dinâmico "construtivo" do actual movimento de reordenação das relações internacionais, rumo a uma Nova Ordem Global. A globalização tem sido apresentada como um fenómeno de abertura simultânea das economias nacionais, gerando como resultado uma mundialização homogeneizada. Contudo, a globalização é selectiva, pois visa, em determinadas regiões, actividades e segmentos sociais a serem integrados mundialmente. Desta forma, enquanto certas áreas e grupos são integrados globalmente, outros são excluídos desta gigantesca transformação, conduzindo a uma diversificação cada vez maior do espaço mundial e agravando a concentração de riqueza em termos nacionais e sociais. O colapso do Campo Soviético e o fim da Guerra Fria aprofundaram sobremaneira tais tendências no início dos anos 90, com a ausência de um inimigo externo fomentando ainda mais a competição internacional.

Na falta de oposição significativa, o capitalismo desenvolve forte tendência a radicalizar suas formas, antigamente condicionadas externamente pela Guerra Fria e internamente pela social-democracia. Este fenómeno propicia uma aceleração do processo de reestruturação económica e, conseqüentemente, da concorrência e rivalidade interpólos. Uma manifestação desta situação foi a rápida formalização de novos processos de integração, como o Mercosul e o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), bem como o aprofundamento da União Europeia e o estabelecimento de alianças entre alguns em detrimento de outros.

### **A União Europeia:**

A Comunidade Europeia, através do Tratado de Maastrich, avançou no seu processo de integração em 31 de Dezembro de 1992, tornando-se União Europeia (UE). Em 1 de Janeiro de 1995 a Áustria, a Finlândia e a Suécia aderem à UE, que se transforma em Europa dos 15. A UE constitui o processo de integração supranacional mais avançado e institucionalizado, cujas origens remontam ao início dos anos 50. Desta forma, a integração oeste-europeia esteve intimamente associada à Guerra Fria. Justamente quando o processo de integração atingia o seu auge, a Guerra Fria encerrou-se.

A queda dos regimes socialistas do leste europeu e a desintegração da própria União Soviética, introduziram fortes elementos de instabilidade para a integração da UE: migrações, fragilidade político-social, conflitos nacionalistas e desequilíbrios macro-económicos. O próprio modelo de integração voltou a ser questionado: Qual o grau de integração? Uma Europa das Nações ou das regiões? Ou apenas uma ampla área de livre comércio, como querem os conservadores ingleses? O que fazer em relação aos pedidos de adesão dos países do leste europeu? Como criar uma diplomacia, uma política de defesa e uma moeda comuns?

## Globalização/Integração: ue, Mercosul e nafta

Ao lado das novas incertezas que desafiam aquele que constituiu um dos modelos mais respeitados de integração, a própria situação interna da UE requer respostas urgentes: ascensão da xenofobia, nacionalismos, extrema-direita, a tudo isto adicionando elevadas taxas de desemprego e o visível desgaste dos sistemas políticos. Além das acentuadas desigualdades regionais que marcam o velho continente, aproximadamente três quartos do comércio externo dos mesmos ocorre entre eles próprios, em proveito da produção manufactureira tradicional da RFA. Ou seja, a "envelhecida fortaleza" europeia constitui sobretudo uma forma de resistência à voracidade do capitalismo japonês e a alguma reacção desesperada do declínio da economia americana. Um facto interessante é que os países europeus que adoptaram os projectos neoliberais (Grã-Bretanha, Bélgica, França, Espanha) vivem uma estagnação prolongada, enquanto os que evitaram os aspectos ortodoxos do ideário económico liberal, afirmaram-se como centros dinâmicos da Europa (os países escandinavos e o arco alpino).

Outro problema que desafia a UE é a questão alemã. Até aos anos 80, a integração europeia teve como seu centro o eixo Paris-Bona, com a primazia da indústria alemã e da agricultura francesa. Além disso, a capacidade diplomático-militar francesa e o poderio económico, financeiro e tecnológico alemães eram complementares. Ou seja, a integração europeia constituía também uma equilibrada obra de engenharia política. Com a anexação da Alemanha Oriental em Outubro de 1990, a Alemanha Federal adquiriu um peso económico e demográfico ainda maior no conjunto europeu, factor que se viu potenciado pela enorme projecção política e económica da nova Alemanha sobre o leste europeu. Desta forma, tanto o maior peso alemão na Europa ocidental, como as suas novas responsabilidades no leste do continente, produziram desequilíbrios que afectaram o processo de integração.

As atuais mudanças e indefinições da integração europeia, criam espaço para que a Grã-Bretanha venha a lograr a expansão geográfica da comunidade, ao mesmo tempo que, apoiando-se neste elemento, obtenha a redução do desígnio do processo de integração. Ironicamente, depois de afastada do poder, a "dama de ferro" Margareth Thatcher poderá ver vitoriosa a sua proposta de transformação da União numa simples zona de livre comércio. A eleição do trabalhista Tony Blair em 1997, longe de alterar esta tendência, reforçou-a, inclusive por recusa em aderir à moeda comum, o Euro; já a ascensão dos social-democratas na Alemanha, em 1998, tornou mais fortes ainda os temores neste sentido. Caso isto venha a acontecer, reduziriam-se drasticamente as possibilidades de actuação autónoma da UE no plano global. O velho continente continuaria um "anão político" e, pior ainda, um "gigante económico" bastante vulnerável. Portanto, é fundamental saber que forma tomará o seu processo de integração e qual sua magnitude.

Até agora, a Europa tem sido a região mais afectada pelo fim da Guerra Fria, e esta situação produz uma dupla possibilidade: por um lado, os problemas gerados pela nova situação e os perigos que ela contém, os quais podem destruir, paralisar ou mesmo deformar o processo de integração; por outro, estes mesmos desafios, dada a sua gravidade e urgência, não permitem à UE uma atitude de contemporização, tal como ocorre com os EUA e o Japão, os quais possuem, porém, uma maior margem de manobra.

A magnitude das mudanças recentes pode imprimir ao processo de integração um novo dinamismo e, desde aí, permitir a ampliação da inserção global da Europa e um papel positivo na superação da actual desordem internacional.

Dilemas como o alargamento, ou não, da integração ao leste do continente (que poderá ampliar a UE para 20 ou 30 membros numa década) são cruciais, não apenas para o velho continente, mas também a nível internacional. Um dos problemas consiste no facto de os novos países se pautarem por uma agenda interna neoliberal e carecerem de ajuda externa, o que sobrecarregará os recursos da UE destinados a fins sociais. Entre os países que, possivelmente, possam aderir à UE encontram-se, primeiramente, as adesões já aprovadas da Polónia, Hungria, Republica Checa, Estónia e Eslovénia, estando em estudo ainda as solicitações de Chipre, Letónia, Lituânia, Eslováquia, Roménia, Bulgária e Turquia (esta última fortemente improvável). É igualmente possível que a Suíça, Islândia, Noruega, Malta e Croácia, venham um dia a juntar-se à União. Outras adesões, além dessas, são mais problemáticas, encontrando-se na dependência de variáveis imprevisíveis.

Quais as razões das vacilações e limitadas iniciativas da Europa frente ao reordenamento das Relações Internacionais no pós-Guerra Fria? Uma das causas, acima analisada, reside no poder e na capacidade estratégica que os EUA ainda detém, apesar do actual carácter pós-hegemónico do sistema mundial. Entretanto, há um outro aspecto a ser ressaltado e que, talvez, seja muito mais importante no caso europeu: devido ao facto de a integração europeia ter sido constituído, cronológica e estruturalmente, no quadro da Guerra Fria, hoje a UE vê-se confrontada por um somatório de desafios para os quais não tem uma resposta articulada e, menos ainda, forças para enfrentá-los simultaneamente. Isto inclui também os aspectos sociais.

Renunciar à "protecção" americana, defendendo-se às próprias custas, e caminhar na direcção escolhida pela própria Europa significariam gastos adicionais que a UE não estaria em condições de enfrentar, num momento em que a competição económico-tecnológica global conhece forte impulso e em que também emergem novos problemas a exigir respostas imediatas, como a instabilidade do leste europeu, o factor islâmico na Bacia Mediterrânea, o desequilíbrio provocado pela unificação alemã, a crise dos paradigmas sócio-políticos dos Estados Europeus e o fim do consenso sobre os rumos da integração. O Acto Único Europeu de 1986 e o Acordo de Maastrich de 1992, o qual deveria concretizá-lo, situam-se em dois períodos históricos diferentes. Desta forma, romper com as estruturas ainda operantes significaria introduzir novas e mais graves contradições. Qual seria, por exemplo, a reacção dos demais países europeus a um acelerado rearmamento alemão?

Na ausência de um salto qualitativo, que se está tornando inadiável, a UE procura avanços quantitativos e modestas iniciativas que ficam geralmente no meio do caminho. A Europa demonstrou uma perigosa timidez e falta de coesão em relação à segunda Guerra do Golfo, ao desencadeamento da crise jugoslava e aos processos de paz do Médio Oriente e da Bósnia, quando foi ultrapassada pelos acontecimentos, em relação aos quais os EUA evidenciaram grande capacidade de iniciativa estratégica.

Facto interessante é que, quando algum Estado europeu ensaia uma reacção mais séria, ficam evidente as suas limitações, como ocorreu em 1995 em relação ao "neogaullismo" do governo Chirac. Este reiniciou os testes atómicos no Pacífico Sul, visando o incremento da capacidade autónoma de defesa francesa, contrariando, entretanto, a activa política de não-proliferação e limitação nuclear defendida por Washington desde o final da Guerra Fria. Desde então, Paris passou a enfrentar fortes reacções internacionais e problemas domésticos que obrigaram Chirac a recuar. Além do mais, o resultado dos conflitos da África centro-oriental revelaram uma acentuada perda de espaço pela França e Europa face aos Estados Unidos.

### O MERCOSUL:

A América Latina, desde os anos 80, assistiu ao esgotamento da industrialização por substituição de importações e à transição dos regimes autoritários para a democracia. A abertura das economias nacionais, a transformação dos aparelhos estatais, a consolidação dos regimes democráticos e o encerramento da maior parte dos conflitos armados regionais ou internos, não bastaram para solucionar os problemas acumulados na década precedente. Um a um, os países apontados como modelos político-económicos, do México ao Chile, também mergulharam na espiral de crise que afectava os demais.

Depois da "década perdida" na economia dos anos 80, os custos sociais dos ajustamentos estruturais dos anos 90 provocaram uma desintegração generalizada das sociedades do subcontinente. A criação do Mercosul em 1991, articulou um pólo relativamente autónomo na América do Sul, apesar do perfil neoliberal do processo de integração. No final da década, mesmo este avanço parece ameaçado, internamente pela recessão vigente nos países-membros e externamente pela possibilidade do estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos. Assim, apesar das potencialidades da anunciada modernização, os anos 90 parecem encerrar-se como uma nova "década perdida".

O MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) foi criado em março de 1991 através do Tratado de Assunção, dando início à integração entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Tratava-se de uma continuidade e aprofundamento da cooperação Brasil-Argentina, iniciado em 1986 pelos presidentes Sarney e Alfonsín. No decorrer do processo, o objectivo brasileiro tornou-se mais ousado: a criação de uma Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA), como meio de lograr uma forma mais eficaz de negociar a inserção numa ordem mundial dominada pelos mega-blocos do hemisfério Norte, bem como contrabalançar o efeito de atracção exercido pelo NAFTA sobre muitos países da América do Sul, como o Chile e a Venezuela.

Quanto mais se deterioravam as condições internacionais, mais a política externa brasileira tratou de criar uma nova realidade regional. Através da integração com os países vizinhos, além de benefícios económicos mais imediatos, reforçaria a base regional como forma de incrementar a participação do Brasil e de seus parceiros no plano mundial. Neste sentido, o Mercosul não constituía um fim em si mesmo, nem o aspecto comercial constituía o objectivo essencial, apesar do discurso oficial, mas fazia parte de um projecto mais abrangente.

Quando os EUA anunciaram a criação do NAFTA, o Brasil reagiu, lançando em 1993, a iniciativa da ALCSA (Área de Livre Comércio Sul-Americana) e estabelecendo com os países sul-americanos e africanos a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS), numa estratégia de círculos concêntricos a partir do Mercosul.

Em Dezembro de 1994, em Miami, o presidente Clinton retomou a proposta da criação de uma zona de comércio livre que receberia a denominação de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Na reunião, o Brasil defendeu a futura convergência e cooperação entre os diversos projectos de integração existentes, com possibilidade de acordos bilaterais com os Estados Unidos. Além disso, o Itamaraty tratou de assegurar que mesmo esta convergência não deveria implicar a exclusão de contractos e acordos com outras áreas, como a União Europeia. Neste sentido, face ao avanço da estratégia norte-americana, o Mercosul iniciou negociações com a União Europeia, que culminaram com a assinatura do primeiro acordo interblocos económicos, o Acordo Marco Inter-regional de Cooperação União Europeia-Mercosul, assinado em Madrid em Dezembro de 1995.

Como não poderia deixar de ser, os resultados bastante positivos no campo económico para o Mercosul e a colaboração com outros núcleos de integração, num quadro de crescente competição económico-tecnológica no Norte, têm-no levado a crescentes divergências com os EUA. Não se trata apenas da constante ampliação das relações comerciais intramercosul, mas, também, de outros elementos. Esta integração tem-se expandido geograficamente, aprofundado e cumprido geralmente com o cronograma estabelecido e ampliado socialmente. Hoje, existe também uma integração pela base, em que interagem novos actores sociais e políticos, como é o caso da Rede das Mercocidades e dos contactos cada vez mais intensos de sociedade a sociedade. De mais a mais, parece ficar cada vez mais claro que o Mercosul tem como objectivo implícito a manutenção de uma base industrial dentro de seu território, criando condições para que as empresas transnacionais permaneçam aqui.

Além destes sólidos avanços, os acordos do Mercosul com outras áreas, por exemplo, com a Europa e a Ásia Oriental, inquietam sobremaneira os Estados Unidos. Assim, desde fins de 1996, mas, sobretudo, após o início do segundo mandato do presidente Clinton, Washington tem atacado o Brasil e o Mercosul pelas suas práticas comerciais e sua cooperação noutros processos de integração. Neste debate áspero, o Brasil tem argumentado que o Mercosul, que almeja um mercado comum, constitui um projecto mais profundo de integração do que o NAFTA, que não passa de uma área de livre comércio, razão pela qual não poderia ser abandonado (para uma adesão país a país ao NAFTA) nem absorvido pela América do Norte.

A resposta da Casa Branca tem sido renovar o poder de atracção do NAFTA através da promessa de aprovação do Fast Track, especialmente para o Chile. A cooperação com a UE e a Ásia, por seu turno, tem sido duramente atacada pelos Estados Unidos.

## Globalização/Integração: ue, Mercosul e nafta

O Mercosul constitui o primeiro objectivo da política externa do Brasil; a busca de novos acordos, o segundo, e os vínculos extracontinentais, o terceiro. Este foi o espaço de manobra que restou à diplomacia brasileira, que deve resistir às pressões norte-americanas aprofundando a cooperação no âmbito do Mercosul e ampliando seus vínculos externos. Assim procedendo, o Mercosul tem passado a influenciar a competição internacional, ainda que seu peso relativo seja modesto, pois trata-se de um elemento heterodoxo no actual cenário mundial. Sua importância pode ser inferida do discurso do presidente Clinton ao Senado no início de 1997, quando foi pedir a aprovação do *Fast Track*: "*Precisamos agir, expandir as exportações para a América Latina e Ásia, as duas regiões que crescem rapidamente, ou ficaremos para trás à medida que essas economias fortaleçam seus laços com outros países*". Ou seja, para os países latino-americanos, a integração com os EUA significa tornarem-se importadores de produtos norte-americanos.

Assim, é importante lutar também pela liberalização não tarifária, abrindo o acesso ao mercado norte-americano, evitar as restrições unilaterais, encaminhando as questões delicadas para a Organização Mundial de Comércio, e impedir o uso de temas como meio ambiente e relações de trabalho nas questões de comércio. Dentro do Mercosul, faz-se necessário implantar regras comuns para disciplinar os investimentos externos, prevenindo a volatilidade dos mesmos, e criar mecanismos de coordenação para evitar uma competição entre os países latino-americanos pela atracção de investimento. Se, por um lado, essas políticas são acertadas, por outro, é forçoso reconhecer que são principalmente reactivas ao tratamento adverso conjunto que os países têm sofrido, e uma atitude selectiva por parte de Washington bem pode produzir a desunião entre os governos dos países do Mercosul.

Neste sentido, é indispensável a implantação de reformas sociais de carácter redistributivo de rendimento, criando uma economia de escala ainda maior, e a rejeição dos paradigmas neoliberais como forma de regulação da globalização e da III Revolução Industrial Científico-Tecnológica. Esta é uma tarefa que, muito provavelmente, possa ser enfrentada por governos populares, comprometidos com projectos nacionais e regionais de desenvolvimento. O Mercosul constitui um bom começo para articular uma nova inserção internacional nos países sul-americanos. Mas é só um começo. Os grandes problemas devem ser enfrentados primeiramente no âmbito interno, única maneira de potencializar as possibilidades contidas na integração regional. Assim, por exemplo, o advento da crise financeira que conduziu à desvalorização do Real, bem como a persistente recessão no Brasil e na Argentina, produziram a mais séria crise dentro do Mercosul, cuja solução somente será possível com o novo presidente argentino ainda em 1999.

### O NAFTA, a ALCA e a Integração Americana:

Apesar da situação vulnerável da economia mundial, o Pacífico apresenta-se como uma região de promissor crescimento económico. Já o Atlântico Norte configura um quadro diverso, com lento crescimento da produção tanto na sua margem americana como europeia. Os Estados Unidos, o maior e mais importante país capitalista do planeta, do qual depende a segurança político-militar do sistema, tornou-se, desde fins dos anos 60, uma nação importadora de produtos manufacturados, inclusive alguns bastante sofisticados. Numa fase de relativa estagnação que atinge vários sectores, o *american way of life* é, cada vez mais, sustentado pelo consumo de mercadorias importadas e pelo endividamento externo e interno.

Para fazer frente aos desafios de seus aliados-rivais, económica e comercialmente mais dinâmicos, além de tecnologicamente mais avançados, bem como à conjuntura do fim da Guerra Fria, os EUA buscam, desde fins dos anos 80, reorientar sua economia, de forma a retomar o crescimento e a competitividade. Um dos aspectos estratégicos desta política consiste na redução das despesas com armamento, como forma de incrementar os investimentos produtivos. Neste sentido, Washington vive um dilema angustiante: sem reduzir a sua presença internacional, os EUA não lograrão reorientar sua economia; mas, sem manter sua liderança mundial, o país não conseguirá obter os meios necessários para retomar o crescimento e a dianteira tecnológica.

Além disso, a crescente globalização da produção das finanças e a intensificação do comércio internacional não se encontram associadas ao multilateralismo (redução em nível global das barreiras ao fluxo de bens e serviços entre as nações). Pelo contrário, o multilateralismo vem conhecendo, paralelamente, uma retracção, devido ao avanço das novas formas de protecção não-tarifária e arranjos preferenciais. Dentro da estratégia das corporações transnacionais, esses arranjos preferenciais, bem como a alocação das unidades produtivas (tendo em vista o aumento da capacidade competitiva), fomentaram um movimento de regionalização, isto é, a formação de blocos económicos regionais.

Dentro desta lógica, e confrontando-se com a integração europeia, desde fins dos anos 80, os EUA aprofundam e institucionalizam formas de cooperação com o Canadá e o México, que culminaram em 1 de Janeiro de 1994 com a assinatura do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, ou NAFTA (ironicamente, neste mesmo dia, eclodia o levantamento de Chiapas no sul do México). As economias desses três países sempre funcionaram de forma associada em vários níveis. No Canadá, o segundo país do mundo em extensão territorial (quase 10 milhões de km<sup>2</sup>) e virtualmente despovoado (30 milhões de habitantes), os capitais dos EUA sempre encontraram uma vasta reserva de recursos naturais.

Quanto ao México, trata-se da existência de grande quantidade de mão-de-obra barata, de um considerável mercado consumidor, além da questão dos imigrantes. A presença do México no NAFTA não apenas obriga o país a controlar a sua emigração rumo aos EUA, como a conter aquela que provém da América Central e do Sul através de seu território.

Assim, o país representa também uma zona tampão entre os Estados Unidos e o Terceiro Mundo, constituindo uma espécie de sentinela do lado externo da cerca e muro (literalmente) que servem de fronteira entre os dois países. Obviamente, o México possui importantes recursos naturais, especialmente petróleo. Finalmente, no país está sendo projectada a construção de mais um canal transoceânico entre o Atlântico e o Pacífico, no istmo de Tehuantepec.

A criação do NAFTA, permitiu aos Estados Unidos a articulação de um espaço regional de manobra para a reconversão de sua economia, num quadro de dificuldades para o livre comércio no plano mundial e da articulação de outros blocos rivais. Por um lado, o bloco norte-americano representa um importante instrumento para as relações económicas com a União Europeia. A peça chave tem sido a pressão dos EUA para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio do Atlântico Norte, que se tornaria uma equivalente económica da OTAN. Por outro lado, o NAFTA estabelece um elemento de atracção para a construção de uma Comunidade Transpacífica, sobretudo através da APEC (instituição de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico). Na busca do fortalecimento da ascendência dos EUA sobre a Ásia, a peça central é a atracção do Japão para uma cooperação mais íntima com o NAFTA, através da criação dessa Comunidade.

Além disso, o NAFTA constitui um elemento de atracção também para a América Latina, com Washington sinalizando para a criação de uma Área de Livre Comércio Hemisférica. Tal elemento permite-lhe contar com o suporte das economias do continente, numa fase em que sua produção encontra dificuldades para penetrar noutros mercados mais exigentes. Assim, graças à abertura dos mercados latino-americanos para a produção dos EUA, a economia deste país voltou a reanimar-se. Além da generalização de formas precárias de emprego, produziu uma redução do desemprego. A pressão financeira sobre as moedas asiáticas, por outro lado, permitiu uma valorização artificial do dólar. Seria arriscado, entretanto, falar-se de uma nova era de hegemonia americana a partir de factores tão conjunturais como esses.

A integração Brasil-Argentina da segunda metade dos anos 80 (de perfil desenvolvimentista), foi aprofundada com objectivos inversos pelo governo Collor, em Março de 1991, com a criação do Mercosul (Mercado Comum do Sul).

A inclusão do Uruguai e do Paraguai neste processo de integração visava, facilitar a redução das tarifas brasileiras e argentinas. Contudo, no decorrer do processo, o objectivo brasileiro torna-se mais ousado: converter o Mercosul numa área dotada de iniciativa própria, mantendo a Argentina afastada dos EUA e buscando a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), como meio de lograr uma forma mais eficaz de negociar a inserção numa ordem mundial dominada pelos megablocos do hemisfério norte.

A estratégia brasileira de criar um espaço económico com relativa margem de iniciativa autónoma na América do Sul, ampliou-se com a associação da Bolívia e do Chile e a cooperação crescente com os países andinos e a África do Sul.

Globalização/Integração:  
UE, Mercosul e nafta

Tal fenómeno levou o governo norte-americano a lançar a iniciativa de integração com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que, por enquanto, não tem sido bem recebida pelos países sul-americanos, que perderiam grande parte de seus vínculos externos com outras áreas. Desde então, o Mercosul tem sofrido crescentes pressões externas e tentativas de divisão, através do favorecimento da Casa Branca em relação à Argentina (como a associação deste país à OTAN). Além disso, tal política tem como objecto inviabilizar a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

A questão é que a ALCA é necessária para os objectivos de longo prazo dos EUA, como forma de controlar o Mercosul, impedindo sua autonomia e bloqueando a sua associação com outros blocos (especialmente União Europeia e Ásia), bem como tornando irreversíveis os planos de ajustamento implementados ao longo da década. Os *lobbies* económicos e sindicais norte-americanos não vêem necessidade imediata da ALCA, por isto não deixam seus deputados e senadores concederem o *Fast Track* para o Presidente Clinton negociar a criação do bloco. Trata-se de um conflito entre a visão de longo prazo da administração e a perspectiva de curto prazo das empresas e sindicatos. De qualquer maneira, a criação da ALCA traria enormes prejuízos para a economia brasileira. Por esta razão os empresários brasileiros têm sido frontalmente contra a iniciativa, muito mais que o próprio governo Fernando Henrique. Mas os EUA contam com a aliança argentina, que, frequentemente, propõe a adopção do dólar como moeda argentina e do próprio Mercosul.

## Do Desenvolvimento à Contenção da Ásia Oriental

A Ásia oriental constitui a única região do mundo a conhecer um crescimento económico real e constante desde o início da crise e reestruturação capitalistas da década de 70. O desenvolvimento industrial, inicialmente circunscrito ao Japão, alargou-se para os chamados Tigres asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Singapura), posteriormente, para a República Popular da China e, finalmente, para alguns países do sudeste e do sul da Ásia. Não se trata, entretanto, apenas de um fenómeno quantitativo. Além do facto notável de a região se ter convertido no centro de vários ramos da economia mundial, tendo-se tornado o seu pólo mais dinâmico, nela foi emergindo um modelo próprio. O desenvolvimento asiático, numa perspectiva histórica, constitui parte de um movimento maior de renascimento das civilizações locais e, inclusive, de propostas diferentes para a imensa reorganização planetária que está ocorrendo na viragem do milénio. Neste processo, a República Popular da China representa o pivô. A actual crise, por sua vez, configura-se apenas como o primeiro embate na demarcação das "fronteiras" entre os mundos ocidental e oriental, bem como um jogo de força para decidir as regras do novo sistema de poder político-económico que está emergindo.

É visível o surgimento de um desafio de novo tipo à ordem mundial anglo-saxônica: o desenvolvimento asiático crescentemente com incidência na China. Trata-se de um fenómeno embrionário, que enfrenta pressões ocidentais e que tem a característica de um modelo híbrido, parcialmente interno e parcialmente externo ao sistema. Se, por um lado, a economia asiática está associada ao mercado mundial, por outro, guarda uma substancial autonomia político-militar, uma vez que a China mantém um regime socialista, além de ser um país em desenvolvimento que se encontra no centro do poder mundial (capacidade nuclear e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU). Esta aparente contradição tem permitido ao país manter uma original forma de actuação internacional, sem que, até ao momento, tenha emergido uma confrontação aberta por parte dos Estados Unidos. Mais do que isso, os países asiáticos têm mantido uma organização social oposta ao liberalismo individualista ocidental, que pode gerar respostas positivas ao desafio da modernização tecnológico-productiva e um modelo alternativo para a sociedade internacional no início do próximo século/milénio.

Desde 1989 que o Japão se tornou um grande centro financeiro mundial, enquanto a região acumulava superávits de exportação. Entretanto, é preciso assinalar que a Ásia-Pacífico também possui problemas sérios. É necessário desmistificar um pouco a "superioridade tecnológica" japonesa, que não representa uma superioridade da ciência e da tecnologia nipônicas enquanto tal, mas sobretudo a eficácia dos mecanismos de utilização da força de trabalho e da gestão dos fluxos de produção, representado pelo método kanban e pelos círculos de qualidade, pois uma eficaz gestão *just in time* não requer necessariamente uma tecnologia extremamente avançada.

## Do Desenvolvimento à contenção Da Ásia oriental

Além disso, muitos países da região, especialmente a China, conhecem tendências desestabilizadoras, fruto do acelerado crescimento, bem como das tensões provocadas pela introdução de mecanismos de mercado numa sociedade ainda marcada pelas formas socialistas na esfera sócio-política. Mas, apesar disso, a China conseguiu superar a crise interna e externa gerada pela repressão aos manifestantes da Praça da Paz Celestial (Tiananmen) em 1989. Por outro lado, a Ásia-Pacífico depende estruturalmente do mercado mundial, tornando-se vulnerável à pressão de outros países ou à qualquer crise desarticuladora do sistema comercial e financeiro internacional. Finalmente, deve-se assinalar que o "bloco" asiático não constitui um processo de integração institucionalizado como a União Europeia e o NAFTA, mas um conjunto de economias intimamente articuladas, que acaba funcionando como um regionalismo aberto.

Actualmente, académicos norte-americanos, como Samuel Huntington, falando oficiosamente, têm dado destaque ao fim do conflito Leste-Oeste e ao desaparecimento de ideologias totalitaristas como o socialismo, e dito que o seu lugar foi ocupado pelo conflito de civilizações e culturas. Mas as velhas clivagens permanecem. Assim, o Novo Segundo Mundo atravessa uma NEP (a política económica socialista apoiada no mercado, que vigorou na URSS entre 1921 e 1927) que, diferentemente da soviética, não se encontra limitada a "um só país", mas inserida na economia mundial, sobre a qual influi de maneira considerável.

Além disso, existe um paradigma alternativo para a construção de uma Nova Ordem Mundial não-hegemónica, com um modelo de desenvolvimento nacional, de segurança e de governabilidade (o "modelo asiático"), o que atrai a atenção mundial, numa época marcada pela instabilidade do pós-Guerra Fria.

Um elemento chave para o reordenamento asiático será a posição que o Japão vier a adoptar. Este país, tido até recentemente como paradigma do desenvolvimento asiático, encontra-se em crise e na encruzilhada de grandes e inadiáveis decisões. A sua economia enfrenta uma prolongada recessão, a população está envelhecendo, o consenso social começa dar sinais de esgotamento e o sistema político, organizado em 1955, durante a Guerra Fria, entrou em colapso e passa por redefinições que, todavia, ainda não estão suficientemente claras. Contudo, o cerne da questão encontra-se justamente na política internacional, em relação à qual Tóquio precisa de se definir: como parte da economia Nichibei, ou seja, como a fronteira oriental do império americano (os "asiáticos ocidentalizados", segundo a tipologia de Huntington), ou como parte da Ásia e sua fronteira ocidental.

A economia nipónica tem se voltado naturalmente para o continente, as questões de segurança regional têm obrigado o país a um maior envolvimento local (como no caso da península coreana) e as pressões norte-americanas para que o Japão se enquadre no novo padrão que a potência "protectora" procura implementar para a economia mundial, levam muitos estadistas e empresários a defender uma maior autonomia para a nação, apoiando-se no continente.

Mas, por outro lado, o Japão ainda depende significativamente do mercado dos EUA, são tremendamente vulneráveis às pressões diplomático-militares, por sua dependência em matéria de segurança, além de encontrarem fortes reservas por parte dos países do continente, pois as grandes questões herdadas da Segunda Guerra Mundial ainda não estão solucionadas como o foram na Europa.

## Do Desenvolvimento à contenção Da Ásia oriental

A unificação das Coreias, por sua vez, por mais contraditório que possa parecer, é percebida pelo Japão e pelos EUA como uma possível fonte de novos problemas, dependendo do perfil de que possa vir a revestir-se.

O desenvolvimento sul-coreano atingiu um nível tal, que o país começou a ser visto como um concorrente pelo Japão, assumindo também formas próprias que não são do agrado de Washington, como a crescente vinculação com a economia chinesa, desde o recente restabelecimento de relações entre os dois países, China e Coreia do Sul. Além disso, a unificação da península criaria uma nova potência regional de porte demográfico, económico e militar (possivelmente também nuclear).

Os constantes distúrbios políticos na Coreia do Sul têm demonstrado a determinação de boa parte da sociedade em rechaçar uma inserção económica internacional nos moldes propostos pelos EUA, bem como negociar uma reunificação da península dentro da perspectiva dos interesses locais. Neste aspecto, parecem convergir desde o movimento estudantil até sectores importantes do empresariado. Assim, a tensão entre as duas Coreias envolve aspectos subtis não considerados pela versão apresentada pelos média; também os interesses dos actores externos de grande porte (Japão, EUA e China) são muito mais complexos do que poderiam parecer. De qualquer maneira, podemos observar que, actualmente, nenhum governo deseja a reunificação das duas Coreias, incluindo os seus próprios.

Visando evitar o surgimento de pólos de poder e de desenvolvimento autónomos na Ásia, os Estados Unidos desenvolvem determinadas acções na região. Washington tem procurado estabelecer um cerco geopolítico à China, como bem o demonstram os acordos de americanos com a Mongólia, além de fomentar o separatismo no Tibete e em Taiwan, com apoio ao discurso independentista, como se observou nas eleições taiwanesas de 1996, e, novamente, em 1999. Com relação ao Tibete, na medida em que o governo norte-americano não pode confrontar abertamente a China por razões económicas, as pressões e a propaganda antichinesa são implementadas via ONGs e produção de filmes por Hollywood, que exageram os problemas desta região.

Além disso, os EUA estão tratando de implantar na região um sistema antimísseis (TMD, *Theater Missile Defense*) com a finalidade de conter a China e controlar seus aliados como o Japão e a Coreia do Sul, cada vez mais interessados em libertar-se da "protecção" americana. Os Estados Unidos também parecem dispostos a instrumentalizar política e economicamente a Índia e o Vietname como parte de sua estratégia de isolamento da China e de contenção de seu desenvolvimento, tirando proveito da rivalidade destes dois países em relação a Pequim.

Contudo, Washington parece ignorar que tanto Nova Deli como Hanói definem-se estrategicamente pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e pelo ideal de Bandung, tal como a China. Assim, apesar de divergências concretas, estes três importantes países asiáticos possuem muitas perspectivas e interesses comuns a longo prazo. A evolução do seu inter-relacionamento recente parece apontar nesta direcção.

## Do Desenvolvimento à contenção Da Ásia oriental

Outro fenómeno que ainda não recebeu a devida atenção é o recente estabelecimento de vínculos externos do pólo asiático com outras regiões. As relações com os EUA e o NAFTA são tão intensas quanto estruturalmente contraditórias, como foi visto anteriormente. Trata-se, então, de analisar justamente as novas relações que a Ásia tem procurado enquanto pólo que almeja uma maior autonomia. Desde as Conversações Marco Polo, iniciadas pela União Europeia em Bangkok em março de 1996 com a ANSEA e outros países asiáticos, tem crescido a cooperação diplomática e económica entre estes dois pólos. Alguns autores falam da emergência da Eurásia como uma nova região geopolítica e geoeconómica.

De entre os três grandes centros de desenvolvimento do hemisfério Norte, sempre houve vínculos estreitos através dos Oceanos Pacífico e Atlântico, associando a economia da América do Norte à da Ásia Oriental e da Europa Ocidental, respectivamente. Mas desde a derrocada do sistema colonial, Ásia e Europa têm caminhado separadas, o que agora começa a mudar. A possibilidade de que um triângulo venha realmente a formar-se, poderia alterar o equilíbrio internacional.

Por sua vez, a Rússia, ainda que se tenha tornado um parceiro qualitativamente inferior à antiga URSS, tem mantido com países-chave da Ásia uma crescente cooperação em campos particularmente sensíveis, especialmente com a China. Além disso, à medida em que a sua parte europeia e a sua política pró-Occidental entram em declínio, tem-se voltado para a Ásia. O país constitui precisamente o elo terrestre que serviria de base para a constituição de um grande espaço económico eurasiático.

Por fim, importantes países asiáticos individualmente e organizações regionais como APEC, PECC, ANSEA, entre outras, têm procurado uma maior cooperação com países-chave do Terceiro Mundo, particularmente com os chamados Mercados Emergentes, como o conjunto da África Austral liderado pela África do Sul *pós-Apartheid* e com o Mercosul, particularmente com o Brasil. Assim, o Oceano Índico constitui numa espécie de rota de ligação com o Sul. A cooperação mais estreita com estas regiões, apesar de actualmente apresentar um impacto limitado no plano puramente económico, possui um potencial promissor a médio e longo prazos, além de representar um elemento estratégico nas disputas entre os pólos desenvolvidos do hemisfério Norte. Não se pode deixar de considerar que, pelo fato de o pólo asiático constituir em linhas gerais uma área em desenvolvimento, existe um amplo espaço para o estabelecimento, entre este e os Mercados Emergentes antes referidos, de uma parceria estratégica capaz de influenciar o futuro perfil da ordem internacional emergente.

Contudo, no momento em que a China começou a concretizar o seu processo de reunificação (iniciado com a devolução de Hong Kong em 1997) e os Tigres tentavam consolidar o seu desenvolvimento em moldes autónomos, ocorre primeiro a crise japonesa e, posteriormente, o terremoto financeiro nos Tigres mais vinculados e dependentes dos Estados Unidos (Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul). Até ao presente, esta crise, apesar de reduzir a produção, tem afectado sobretudo o âmbito financeiro, com a desvalorização das moedas locais, o que permite ao capital estrangeiro adquirir empresas nacionais a um preço extremamente baixo.

## Do Desenvolvimento à contenção Da Ásia oriental

Além disso, intensificaram-se as pressões pela fragmentação da China (revivendo a questão do Tibete e de Taiwan) e contra a Indonésia, que acabaram derrubando Suharto. Neste último caso, o alvo visado era especialmente sua indústria automobilística e aeronáutica.

Desde o início da década de 90, o Japão vive uma estagnação económica e uma crise financeira intermitente. Os organismos internacionais recomendam reformas estruturais, que os sucessivos gabinetes não implementam e caem. Contudo, não se trata de incapacidade, mas de uma subtil resistência face às pressões externas para abrir a sua economia. Em resumo, é um discreto jogo de braço com os "aliados" americanos. Os países mais afectados foram os mais submetidos aos EUA, seja por razões militares e estratégicas (Coreia do Sul), seja os de economia liberal, mais débeis e não dotados de projectos de desenvolvimento, como a Tailândia e Filipinas. Dois países que tentaram resistir às investidas, primeiramente, políticas, depois, económico-financeiras, das potências ocidentais dirigidas por Washington foram a Indonésia e a Malásia. O primeiro não resistiu (vivendo um retrocesso social terrível), mas o segundo regulamentou a saída de capitais e manteve-se. Outros dois países que o Ocidente não logrou subjugar politicamente para a agenda global foram o Camboja e o Mianmar.

No caso da Indonésia, o Ocidente havia estimulado a oposição liberal contra o regime e ressuscitado a questão do Timor nos fóruns internacionais, como forma de isolar o regime que os próprios EUA haviam colocado no poder. Depois de trinta anos, "descobriram" que Suharto era sanguinário e corrupto. Mas as razões incidiam em divergências económicas, obviamente. Como o velho ditador continuava controlando a máquina política do país com mão de ferro, não existiu alternativa para a sua queda, senão precipitar uma crise financeira que tirasse proveito dos desequilíbrios económicos do país. Então o regime caiu e iniciou-se a transição à democracia. Contudo, foi impossível conter a questão de Timor, onde a população se sentiu apoiada externamente para votar pela independência, o que gerou massacres por parte das milícias pró-Indonésia. A presença de tropas Ocidentais para pacificar o novo país, apesar dos manifestos propósitos de defender a população local, não deixa de revestir-se de certos traços neocoloniais.

Mas o pivô da região é, evidentemente, a República Popular da China. O país não continua apenas afirmando a sua integração mundial soberana (com o seu próprio projecto nacional) e o carácter inegociável de suas instituições político-sociais internas, como mantendo a sua moeda, o Yuan, frente ao dólar. Trata-se de um instrumento indispensável para a criação de uma moeda conversível.

Mais importante, entretanto, é que a economia do país conseguiu crescer 8% em 1998, em plena crise asiática, atingindo actualmente taxas de crescimento de dois dígitos. Neste contexto, percebe-se que a estratégia da China é ganhar tempo, fortalecendo a sua economia, tecnologia e forças armadas. Seriam necessárias mais uma ou duas décadas para o país consolidar a sua posição internacional de forma irreversível, afirmando paralelamente a criação de um mundo multipolar.

## Do Desenvolvimento à contenção Da Ásia oriental

Muitas explicações técnicas, restritas exclusivamente ao âmbito financeiro, têm sido dadas à crise asiática. Mas são francamente pouco convincentes. Um relatório do Banco Mundial de Março de 1997 destacava a solidez e o dinamismo das economias asiáticas. O de Outubro, da mesma organização, sinalizava as suas "debilidades e distorções estruturais". Abstraindo as explicações puramente técnicas, é interessante observar que a questão central é a contenção do desenvolvimento asiático, de forma a impedir a afirmação de um pólo competidor, a Ásia, e de uma virtual nova superpotência, a China. O fenómeno da fuga de capitais podem ser induzidos de distintas maneiras, e não ocorre sem que haja uma linha estratégica definida. Os próprios asiáticos têm demonstrado a percepção de que o alvo da crise é o seu desenvolvimento industrial e tecnológico.

Isto porque a crise ocorreu num contexto em que o desenvolvimento da Ásia-Pacífico tem se encaminhado para uma interiorização rumo ao continente e ao seu centro, o que é particularmente visível não apenas pela intensificação das relações económicas entre os próprios países asiáticos (e menos com as demais regiões do planeta), como pela redução das prerrogativas das Zonas Económicas Especiais da China (que, segundo o governo, já não necessitariam mais de incentivos especiais) e também pela abertura de novas ZEEs no interior do país. Este fenómeno resulta, entre outras coisas, numa redução da capacidade de controle da região pelos Estados Unidos, pois o sistema internacional anglo-saxão esteve historicamente assentado numa hegemonia exercida a partir dos mares.

Tal fenómeno estrutural torna-se ainda mais intenso pela constituição, na área, de uma espécie de simbiose entre formações estatais neocomunistas, ex-comunistas e anticomunistas, onde, apesar das complexidades regionais e especificidades nacionais, existe implicitamente um projecto estratégico que poderia vir a ser vitorioso no próximo século. Este projecto, como foi visto, é portador de respostas próprias para os desafios do desenvolvimento material, da governabilidade, da estabilidade social e de novas formas de regulação para a Terceira Revolução Industrial ou Científico-Tecnológica. Isto não significa ignorar o potencial de instabilidade inerente ao chamado modelo asiático, nem desconsiderar que alguns de seus aspectos seriam inviáveis a longo prazo, como a universalização da sociedade de consumo de massa. A inserção do conjunto da população numa economia moderna, ajudaria a resolver o problema de procura que se agudiza com o incremento da produtividade pela RCT, e que não pode ser solucionado a longo prazo pelos mecanismos de regulação neoliberais, devido ao elevado índice de exclusão social que produz.

Já a atual. corrida armamentista (particularmente naval) na Ásia Oriental tem sido percebida de formas diferentes. Enquanto que para o Ocidente esta corrida evidencia a ascensão da rivalidade e da desconfiança entre os Estados asiáticos, para muitos destes representa implicitamente a capacitação e modernização militar, como forma de dissuadir colectivamente possíveis ingerências extra-regionais contra a sua soberania (conceito hoje desprezado no Ocidente, mas profundamente arraigado na Ásia).

## Do Desenvolvimento à contenção Da Ásia oriental

Finalmente, pode-se observar que a República Popular da China constitui o pivô de todas estas tendências. Desde a repressão da Praça da Paz Celestial, o Novo Segundo Mundo tem-se consolidado de forma relativamente autónoma, e Pequim tem ampliado a sua projecção sobre a antiga área de influência. Neste processo, é importante o regresso dos princípios confucianos como instrumento de gestão política e social, tanto na China como nos países integrantes de seu universo cultural.

Fenómenos como o rearmamento do Japão ou a concretização da Zona de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (que incluiria os EUA), anunciada para o início do próximo século, dependem do tratamento dado à projecção internacional da China. O problema é que Washington considera o desenvolvimento económico de países de dimensões continentais como uma ameaça ao exercício de sua liderança. Isto é ainda mais grave em relação à China, país que exhibe uma postura diplomático-militar autónoma, afirmando com novos meios sua postura como Estado Westfaliano (primazia do Estado-nação como actor internacional).

## ENTRE O PROGRESSO E A REGRESSÃO

Com o colapso do socialismo no leste europeu, foram formuladas uma série de previsões triunfalistas que assinalavam o início de uma Nova Ordem Mundial, fundada na paz, prosperidade e democracia. Os problemas pendentes em pouco seriam resolvidos, e muitos articulistas destacaram que o século XXI, que inauguraria o Terceiro Milénio em 2001, traria a consolidação desta nova sociedade globalizada. A estabilidade do novo mundo seria garantida pela mão invisível do mercado que, no final, coloca todas as coisas em seu devido lugar. Contudo, dez anos depois de tais profecias, o planeta parece mergulhado em incertezas e problemas ainda maiores, e os princípios enunciados não se cumpriram, ou apenas se cumpriram superficialmente.

Em lugar da paz, foram dez anos de confrontos sangrentos que sinalizaram a emergência de guerras, conflitos civis e padrões de violência de novo tipo, possivelmente mais dramáticos que os anteriores. A prosperidade prometida não ocorreu, ao menos para a esmagadora maioria das pessoas e países. A "globalização", ainda que lançando bases para um virtual crescimento (sempre prometido "para o próximo ano"), gerou um desemprego estrutural, uma recessão que perdura, o retrocesso da produção industrial na maioria dos países e a instabilidade financeira mundial, em meio à queda dos padrões de vida e à concentração de rendimento.

A democracia liberal, é realmente adoptada (ao menos formalmente) pela esmagadora maioria dos países. Na década de 90 existe o maior grau de despolitização das populações de todo o século. Uma democracia é real quando os cidadãos não crêem nas instituições, nos processos políticos e deles não participam senão por obrigação legal? As abstenções, onde não há voto obrigatório, batem recordes históricos.

Nas grandes cidades, surgem novos centros da vida económica pós-moderna, os ricos isolam-se em bairros e condomínios protegidos, enquanto, no plano internacional, os países desenvolvidos fecham-se aos imigrantes vindos da periferia. Estes afluem em grande número do campo para a cidade no Sul e, destas para o Norte, devido aos efeitos sociais devastadores da reestruturação económica. Depois de cinco séculos de migrações do Norte para o Sul, desde os anos 70 observa-se a inversão do fluxo. O Norte conta hoje com uma população de pouco menos de um bilião de pessoas, enquanto o Sul, quase cinco vezes esta cifra. Além disso, mais de 90% dos nascimentos ocorrem no Terceiro Mundo. Nos quadros de uma globalização conduzida sob os parâmetros do neoliberalismo e da RCT, tal situação gera uma população excedente absoluta e uma manifestação de inquietude no Norte, devido à invasão dos "bárbaros".

As mudanças actualmente em curso produzem um choque semelhante ao gerado pela Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, em que o capitalismo levou mais de um século para se mostrar um sistema "civilizado" de bem-estar, a partir da II Guerra Mundial. Contudo, é preciso considerar que, ao longo do período 1830-1945, milhões de europeus tiveram que emigrar ou foram dizimados por guerras devastadoras, e que, se esta população tivesse permanecido ou sobrevivido, ela representaria hoje meio bilião a mais na população europeia.

Considerando que, no Norte, o processo de acumulação e distribuição é regido por factores internos, e que, no Sul, submetido aos planos de ajuste, decorre de factores externos (sobre os quais não pode influir significativamente), o desenvolvimento da periferia tende a ser bloqueado, agravando os problemas acima expostos. Neste cenário, o capitalismo revela-se incapaz de estabelecer uma resposta globalmente integradora e estável, e o neoliberalismo agrava ainda mais a situação, tornando-se numa espécie de suicídio para o próprio sistema. Como foi referido anteriormente, o núcleo desenvolvido do sistema internacional apresenta actualmente evidentes sinais de declínio. Retira-se de áreas desinteressantes da periferia, conservando apenas "ilhas" úteis, geralmente megalópoles globalizadas do Sul, responsáveis pela drenagem dos recursos locais. A sua cultura revela traços de decadência e de incapacidade frente ao atavismo cultural do Sul (retorno a movimentos e ideias do passado). Como o Império Romano em seu estágio final, o Ocidente refluí sobre seu bastião original.

Quanto à grande revolução neoliberal, cada vez mais se assemelha ao período da Restauração conservadora de 1815 a 1848. Naquele período, parecia que o *Ancien Régime* havia triunfado sobre a Revolução Francesa, mas a Restauração apenas estava agudizando ainda mais as contradições existentes. Assim, hoje, a exclusão de grandes contingentes humanos não apenas está gerando instabilidade social, como criando impasses para a economia. A RCT, longe de realizar-se como modernidade, está produzindo uma situação conflituosa, sobretudo com a sua tendência de aceleração progressiva das transformações em curso, as quais têm colocado em xeque as estruturas sociais existentes.

Como consequência desta situação, a situação política começou a mostrar sinais de alteração, em meados dos anos 90. Nos ex-países socialistas, as forças de esquerda reformadas começavam a reafirmar-se e, às vezes, a voltar ao poder com o apoio de uma população decepcionada pelos custos sociais do ajuste económico. Recuperando-se aos poucos de sua perplexidade, e com o apoio de bases insatisfeitas com lideranças que buscavam acomodar-se com os média, a esquerda ocidental encontra-se em condições de se rearticular. O problema é que ela está ainda fragmentada por lutas sectoriais em defesa de certas minorias, concentrando-se em administrações locais recém conquistadas e abraçando causas ideologicamente ambíguas como determinadas versões da ecologia. Enquanto isto, no 1º de Maio de 1997, depois de muitos anos de refluxo, as manifestações de massa em defesa do emprego expressaram-se pelo mundo inteiro.

Trata-se de uma questão relevante, porque o socialismo ainda se conserva como referencial político, ainda que temporariamente debilitado. Não se está falando apenas das desigualdades sociais, cada vez mais graves, que precisam ser combatidas, mas da própria questão da transição em sentido mais amplo. Os socialismos que existiram no século XX foram tão somente a primeira geração deste regime, que, seguramente, ressurgirá no próximo século de uma forma mais elaborada. O próprio capitalismo, desde o século XV, sofreu muitas derrotas, deformou-se em combinações com o feudalismo e o absolutismo, quase desapareceu em certas fases, antes de se implantar de forma irreversível e madura na Inglaterra, e espalhar-se triunfalmente desta para todo o mundo. A persistência da propaganda anti-socialista, dez anos depois da queda do muro de Berlim, é uma prova disto.

Aliás, o próprio marxismo ressurgiu no campo científico, de forma mais elaborada, depois de anos de vigência de um repetitivo discurso liberal e da fragmentação pós-moderna do conhecimento.

De qualquer forma, o protesto social, às vezes manifestado como revolta, ainda não encontrou partidos e lideranças capazes de torná-lo uma força política apta a passar à ofensiva contra um neoliberalismo que começa a perder a vitalidade.

Mesmo onde ocorreram fenómenos positivos como a vitória da esquerda social-democrata, a exemplo da França, Itália, Inglaterra e Alemanha, a situação não é diferente. Também é preciso considerar que tem crescido politicamente a influência das máfias, de actores sócio-políticos obscurantistas, de fenómenos religiosos retrógrados e que existe uma ampla audiência para movimentos irracionistas de direita (e mesmo de esquerda).

Muitas vezes, é inevitável uma comparação com o final da Idade Média europeia. Trata-se da Nova Idade Média, à que se refere o conceituado analista financeiro Alain Minc: *"de repente, tudo se inverte: espaços imensos voltam ao estado de natureza; as máfias não parecem mais um arcaísmo em vias de extinção, e sim, uma forma social em plena expansão; uma parte das cidades escapa à autoridade do Estado e mergulha numa inquietante extraterritorialidade; milhões de cidadãos, no coração das cidades mais ricas e mais sofisticadas, cambaleiam na sombra e na exclusão: novos bandos armados, novos saqueadores, novas terra incognita"*

Além da vontade difusa de amplos sectores populares, de lutar contra os custos sociais do neoliberalismo, existem hoje, outros factores positivos que precisam ser levados em conta pelos movimentos sociais, que só lenta e limitadamente começam a tomar conhecimento deles. A globalização e a formação de blocos regionais, ao lado dos factores negativos já referidos, geraram fenómenos que podem servir de base para uma nova estratégia popular. As elites nacionais encontram-se fortemente deslocadas frente ao processo de globalização, deixando um amplo espaço para que seja retomada a questão nacional pelos movimentos progressistas, num campo onde as possibilidades de se estabelecerem novas alianças são riquíssimas. Além disso, as velhas estruturas de poder encontram-se significativamente abaladas, razão pela qual os grupos dominantes têm tentado fomentar a unidade social em torno de valores propagados pela media, bem como a reeleger presidentes "confiáveis".

Concretamente, as forças opostas ao neoliberalismo precisam lutar ofensivamente para que a Revolução Científico-Tecnológica que impulsiona a globalização seja socialmente condicionada. A RCT e a economia globalizada, pelo nível alcançado em termos de produtividade do trabalho, criaram condições históricas para que todas as necessidades materiais da humanidade possam ser equacionadas. E isto poderá ser obtido por meio de uma acção política, uma vez que a ideia de que existe uma lógica económica que, à priori, implicaria uma marginalização dos trabalhadores é falsa, porque o neoliberalismo constitui, essencialmente, apenas uma forma conservadora de regulação do gigantesco processo de modernização actualmente em curso. Ou seja, esta modernização pode tanto servir para consolidar a posição dominante dos actuais detentores nacionais e sociais do poder nos quadros de uma Nova Ordem Mundial (caso o neoliberalismo se mantenha) como permitir que a ideia de uma sociedade organizada em torno de valores colectivos e igualitários seja retomada, agora de

uma forma mais viável do que a que ocorreu durante a maior parte do século XX.

Hoje, a luta pela criação de empregos através da redução do horário de trabalho e a manutenção dos direitos sociais existentes e a criação de novos, constitui uma necessidade objectiva para que a RCT e a globalização se realizem como modernidade. Isto porque o neoliberalismo consiste numa opção equivocada mesmo pela óptica do capitalismo, além de historicamente suicida, e pode conduzir a humanidade pelo caminho da violência incontável e da estagnação ou regressão histórica.

## A economia digital

Uma análise à globalização, nunca ficaria completa se não fosse focado o aspecto da Informação.

Segundo Heller "Apenas um instrumento para armazenar e transmitir informações" ( cit. in McKinsey Quarterly). Esta citação retrata a forma como os gestores encaravam o computador. O referido autor, utilizou-se da referida citação para, em 1990, prognosticar a evolução tecnológica que ocorreria no futuro, ao escrever, "Em 1999, as redes de computadores serão tão vulgares como as centrais telefónicas, e nenhum gestor que se preze mandará instalar redes que não permitam a utilização de correio electrónico ou de teleconferência" (HELLER, 1990: 57-58).

Foi precisamente a mudança de atitude relativamente à forma de "encarar o computador", que deu origem ao grande salto tecnológico, do qual tiramos proveito na actualidade.

Efectivamente, só a referida mudança permitiu o desenvolvimento de técnicas de gestão, que permitiram conjugar todos os intervenientes, dando origem a uma grande automatização de todo o processo. Assim, não é de estranhar que os gestores da actualidade encarem o computador como uma poderosa ferramenta para gerir informação.

Todos estes factores protagonizaram uma revolução radical, vulgarizando o ensino inicial de informática a um ponto tal, que actualmente o desconhecimento da referida é considerado um factor de incultura. Neste contexto, atingimos o estágio em que uma pessoa que desconheça a informática seja considerada "analfabeta" , sendo, cada vez mais, um factor eliminatório para a admissão num cada vez número maior de Empresas.

É incontestável, que o salto tecnológico se deu a partir do momento em que a atitude, face à mesma, ocorreu num maior número de pessoas. Se anteriormente para efectuar um programa (aplicações de gestão eram raras) eram necessárias duas ou três pessoas, actualmente são constituídas equipas pluridisciplinares, em que cada área contribui com determinado aspecto para concretizar o referido. Se antigamente, só os "eruditos informáticos", sabiam montar um PC, actualmente, um enorme número de pessoas o sabe fazer. E não precisa de grandes cursos, pois a informação, de como o fazer, é abundante.

Esta evolução, nunca seria possível se as atitudes não mudassem. Do trabalho isolado, existiu uma evolução para a cooperação e constituição de equipas. Só assim, a informática se tornou uma Indústria, ao produzir computadores a um ritmo idêntico às máquinas de lavar; o computador tornou-se um electrodoméstico! Tudo isto deu origem ao surgimento de uma nova geração de "gigantes", como a Intel, ou a HP e à perda de cota de mercado por parte de outros mais antigos, como a IBM.

Só a mudança de atitude, permitiu a um mau estudante, na década de setenta, aperfeiçoar um novo sistema operativo e tentar vendê-lo à IBM. Esta comportou-se como um "gigante", que era na altura, não aceitando a proposta. Quem pensaria, que o referido jovem iria criar um "gigante" que se chama Microsoft? Apenas devido às atitudes!

Só a mudança de atitude, permitiu que alguns Técnicos e Gestores, encarassem a hipótese de criar Empresas de construção de software para outras Empresas, numa óptica de investigação e desenvolvimento (I&Di), com o objectivo de prestação de um serviço de qualidade de forma a satisfazer o cliente. A visão dos referidos técnicos, permitiu-lhes apostar num mercado emergente.

Como é óbvio, não foi só o factor mudança de atitude, que provocou esta evolução, mas foi um dos grandes responsáveis. Como tal, existe um certa tendência para este facto ser esquecido.

Contrariamente ao passado, nos dias que correm é raro encontrar empresas que não façam do computador um elemento imprescindível dos seus escritórios. A opinião que os gestores de à uma década tinham, acerca do computador, alterou-se profundamente, ao constatarem que estes assumem papel preponderante na gestão. A evolução permitiu dar origem às redes de computadores, o correio electrónico, as compras "on-line", etc.. Contudo verificava-se ainda um problema, todos sentiam que esta evolução iria ser muito benéfica, mas poucos sabiam para que servia o correio electrónico e as respectivas redes de computadores. Com o decorrer do tempo estas inovações foram sendo apreendidas e os gestores começaram a aplicá-las como instrumentos de gestão.

Estes novos meios tecnológicos só justificam os seus custos quando apresentam um valor estratégico, ou seja, ajudar no processo de gestão. Assim, além do conhecimento das potencialidades dos referidos equipamentos, é essencial saber controlar todo o fluxo de informação, de forma a seleccioná-la de uma forma eficaz.

Um gestor que não saiba controlar e tirar partido da infindável quantidade de informação agora ao seu dispor nunca poderá ter realmente sucesso. O bom gestor é aquele que "(...) programa o seu sistema de informações de modo a que este lhe indique aquilo que ele pretende saber." (Robert Heller, 1992: 67) Uma má gestão poderá levar a uma sobrecarga de informação. Este é um facto que só poderá ser corrigido por uma gestão eficiente da informação, devendo o gestor estar determinado a eliminar informação desnecessária.

Os que pensam que a compra de tecnologia de ponta irá resolver todas os seus problemas, tem uma ideia errada, pois a anteceder a compra é essencial planificar todo o sistema. A "compra do equipamento" é a última etapa de todo um processo.

Desde há muito que as tecnologias de informação têm constituído um desafio à gestão, desafio esse que tem sido erradamente apresentado, fazendo que os gestores olhem para estas tecnologias de informação com receio, mas têm sido feitos notáveis progressos.

O escritório de hoje é um escritório revolucionado funcionando como uma base de dados a que todos têm fácil e rápido acesso, facilitando as decisões.

Era inevitável uma globalização, ou seja, o nascimento de uma economia digital e o desenvolvimento de um conjunto de tecnologias capazes de a suportar. Esta globalização vai afectar tudo e todos, (ou pelo menos aqueles que vão estar ligados ao mundo da economia), modificando relações entre organizações e Estados, alterando conceitos a todos os níveis, entre outros.

Uma vez que a informação é um factor importantíssimo para o sucesso de qualquer organização, a Gestão da Informação tornou-se num grande desafio para os gestores. A partir daqui a informação é definida de acordo com os interesses e perspectivas específicas de cada um, assumindo assim a importância que cada um lhe der, ou seja, o que é importante para o gestor A pode não ser importante para o gestor B.

O facto ainda se verificar a existência de baixa formação em tecnologias de informação, em relação á importância que elas assumem; não deixa, acima de tudo, de se verificar que os custos de acesso e formação a essas tecnologias e os seus preços proibitivos se têm constituído como desincentivadores de um desenvolvimento tecnológico que possa estar disponível a todos.

O elevado crescimento da Economia Digital, estimulou um elevado crescimento da Internet, sendo ambos potenciadores de uma inovação e mudança organizacional e tendo um papel fulcral no desempenho e competitividade das organizações, visto estas apostarem no Comércio Electrónico como base de condução dos seus negócios. É evidente que uma escolha adequada de Sistemas e Tecnologias de Informação que sejam capazes de suportar os novos modelos de negócio, poderá fazer a diferença nos novos mercados.

Contudo, não há "bela sem senão": se por um lado todos estes novos conceitos tecnológicos e comerciais surgem como evolução natural do seu desenvolvimento (países desenvolvidos), nos países subdesenvolvidos a globalização surge como a entrada de grandes organizações apenas com o intuito de obtenção de elevados lucros, dominando assim toda a sua economia e conduzindo a um maior desemprego e consequente aumento da pobreza.

Assim, é possível diferenciar globalização vista em termos gerais e globalização económica, sendo esta última muita vezes responsável pelas desigualdades entre países e pessoas, sendo também aquela que as organizações conseguem controlar.

Com o desenvolvimento tecnológico surgiu a necessidade de transacções de negócios entre diversas organizações, trazendo essa necessidade novos modelos de negócio, um negócio baseado em meios electrónicos, no fundo o Comércio Electrónico. Com isto a Internet vai assumir particular relevância, pois permite, ao "premir de um botão", a realização de inúmeras tarefas on-line, nas quais a realização de negócios está inserida.

Contudo a Internet ainda não possibilita transacções rápidas e totalmente seguras, optando, a maior das empresas, pelo sistema EDI (conjunto de normas que definem as regras que permitem suportar a troca de documentos electrónicos).

Este sistema, que tem servido desde os anos 70 várias organizações, tem sido o preferido em termos de Comércio Electrónico entre empresas, pois possibilita uma maior segurança e fiabilidade nas transacções efectuadas. Se o EDI é o preferido entre organizações, a Internet continua a ser a "favorita" no Comércio Electrónico entre as empresas e os consumidores, apresentando mesmo um grande desenvolvimento nos últimos anos.

Hoje, é fácil verificar a importância que todos estes sistemas (Tecnologias de Informação, Economia Digital e Comércio Electrónico) assumem nas nossas vidas. São utilizados pelos mais diversos intervenientes como, por exemplo, o Estado, as Organizações, os Empresários, pelas próprias pessoas na utilização de informação e pela Sociedade como um todo na sua função de garantia de um desenvolvimento equilibrado, ou seja, todos estes sistemas são imprescindíveis para o bom funcionamento da Sociedade Global.

## conclusão

É inquestionável que a Globalização da economia provocou uma globalização política, que deu origem a uma cooperação entre Estados nunca antes verificada e a interdependência entre eles é inevitável.

E também é inquestionável que os enormes avanços tecnológicos, tiveram como consequência a eliminação de distâncias e barreiras, a um ponto tal, que as Empresas são obrigadas a pensar na concorrência de uma forma nunca pensada. E é lógico que assim seja, pois o consumidor pode adquirir um produto em qualquer parte do planeta, bastando para isso ligar-se à Internet.

Por conseguinte, a evolução económica e tecnológica só poderão conduzir a uma globalização política. Isso já está a suceder! A democracia tornou-se global, ou para lá caminha, pelo que os sistemas políticos a ela adversos lentamente caminham para ela.

Existindo uma economia, tecnologia e sistemas políticos homogêneos, não será incorrecto afirmar que a Globalização, seguindo o seu curso natural, irá enfraquecer cada vez mais os estados nacionais surgidos há cinco séculos atrás, ou dar-lhes novas formas e funções, fazendo com que novas instituições supranacionais progressivamente os substituam.

Com a formação dos mercados regionais ou intercontinentais (Nafta, União Europeia, Comunidade Económica Independente (ex-URSS), o Mercosul e o Japão com os tigres asiáticos), e com a consequente interdependência entre eles, assentam-se as bases para os futuros governos transnacionais que, provavelmente, servirão como unidades federativas de uma administração mundial a ser constituída.

É bem provável que no fim do Século XXI, talvez até antes, a humanidade conhecerá por fim um governo universal, atingindo-se assim o sonho dos filósofos estóicos do homem cosmopolita, aquele que se sentirá em casa em qualquer parte da Terra.

## Bibliografia

ADDA, Jacques, 1996. **A Mundialização da Economia 2 – Problemas**, Lisboa, Terramar Editores.

BRAUDEL, Fernand, 1996. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII**, S. Paulo, Editora Martins Fontes.

CARRION, Raul K.M., VIZENTINI, Paulo G. - **Globalização, Neoliberalismo, Privatizações**, 1997, Porto Alegre, Editora da Universidade.

CHAUNU, Pierre - **Conquista y Exploración de los Nuevos Mundos**, 1973, Barcelona, Editorial Labor.

ESTEFANÍA, Joaquín, 1996. **A Nova Economia**, Lisboa, Editorial Presença

GALBRAITH, John Kenneth, 1995. **Viagem Através da Economia do Nosso Século**, Lisboa, Editorial Presença.

HELLER, Robert (1990). **A Revolução na Empresa**, Lisboa, Editorial Presença

HERKSCHER, Eli F. - **La Epoca Mercantilista - Fondo de Cultura Económica**, 1943, México.

KENNEDY, Paul - **Preparando para o Século XXI**, 1993, Rio de Janeiro, Editora Campus.

MAURO, Frédéric - **La Expansión Europea (1600-1870)**, 1968, Barcelona, Editorial Labor.

TOFFLER, Alvin, 1980. **A Terceira Vaga**, Lisboa, Livros do Brasil

WALLERSTEIN, Immanuel, 1984. **El Sistema Mundial**, México, Siglo XXI Editores, México, 1984.